



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Linha de pesquisa:**

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

**A GEOGRAFIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA  
COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

**JAILMA DE ARAUJO DINIZ**

**GUARABIRA – PB**

**2018**

**JAILMA DE ARAUJO DINIZ**

**A GEOGRAFIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA  
COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Monografia) apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, enquanto requisito obrigatório para a obtenção do título de **LICENCIADO(A) EM GEOGRAFIA**. Desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

**GUARABIRA – PB**

**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D585g   Diniz, Jailma de Araújo.

A Geografia e a agricultura familiar [manuscrito] : um estudo de caso na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB / Jailma de Araujo Diniz. - 2018.  
95 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto ,  
Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Agricultura Familiar. 2. Geografia Agrária. 3.  
Comunidade Rural. I. Título

21. ed. CDD 338.1

JAILMA DE ARAUJO DINIZ

**A GEOGRAFIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA  
COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

Aprovada em 23/11 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (Orientador)**  
Departamento de Geografia da UEPB  
Doutor em Sociologia pela UFCG/UFPB



---

**Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Examinador)**  
Departamento de Geografia da UEPB  
Doutor em Geografia pela UFRN



---

**Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz (Examinador)**  
Departamento de Geografia da UEPB  
Mestre em Geografia pela UFPB.

Guarabira/PB

2018

DEDICO, aos meus pais Cicero Moreira Diniz e Maria Aparecida de Araujo Diniz que foram a minha fonte de inspiração desse trabalho, aqui fica registrado todo meu amor por vocês.

E a Lívia Maria Cirilo Diniz, que acabou de chegar ao mundo para avivar ainda mais minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por toda paciência e sabedoria ao longo dos meus 25 anos vividos e os que estão por vir e em especial a família que O altíssimo me deu de sempre, ela é a melhor de todas, não tem comparação.

Agradeço aos meus pais, meus irmãos Jailson e José Ilton, as minhas avós Dorinha e Maria. Agradeço a Elizângela, Larissa e tia Penha pelo apoio e paciência e também não posso deixar de agradecer a Suzana pelo tempo que esteve disponível para me ajudar, quando foi preciso. E a todos os meus familiares que de alguma forma ou de outra contribuíram nessa minha caminhada, e que por sinal foram muitos.

Agradeço (*in memoriam*) a essas pessoas especiais que sempre estiveram ao meu lado, aos meus avôs Antônio Joaquim e José Felizardo e a minha prima Joana Dark, obrigada por fazerem parte da minha vida.

Agradeço aos meus colegas do início do curso, que ao longo dele se tornaram peças importantes na minha vida: Aline, Amanda, Audenides, Dalthon, Duceneide, Francisco, Geilson, Jeferson, Joanderson em especial a vocês pela paciência comigo e aos demais colegas aqui fica também o meu agradecimento e desejo de sucesso na vida profissional de todos.

Agradeço também a todos os meus professores da educação básica e do ensino superior. A todos os professores do Departamento de Geografia, pela contribuição durante esse período de formação acadêmica.

Ao professor Belarmino Mariano Neto pela orientação, colaboração e apoio na elaboração desse trabalho, tenho certeza que essa pesquisa não seria a mesma sem a sua valiosa contribuição. E aos integrantes da banca examinadora, por terem aceitado avaliar este trabalho e agradeço desde já pela sugestões e críticas que serão importantes para o engrandecimento do mesmo.

E em especial todo o meu agradecimento aos agricultores familiares da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, os principais contribuintes desse estudo, esse trabalho não seria o mesmo sem a importante contribuição dos mesmos. Admiração e respeito a esse povo trabalhador que encara a dificuldade como um desafio e não como um obstáculo, tenho certeza que fui a grande aprendiz disso

*- É porque a agricultura agente trabalha com ela, é bom que agente colhe, tem os legumes pra a casa, tem o quiabo, maxixe, melancia e tudo ajuda na feira. Os povos que vive no mundo, e os que vive na terra tem os agricultores familiares como responsáveis para plantar os alimentos para a nação comer. Aqueles que trabalham muito, tem propriedade, como você vê lá pra o Centro-oeste, no Sul, você vê né tem gente que planta de 2 a 3 mil ha de milho, soja, trigo, café. Se não fosse a gente ia faltar comer na mesa do doutor. Esse negócio de agricultura tem que ser valorizado mais.*

(Expedito José de Araújo, agricultor familiar da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB)

## **043 – GEOGRAFIA**

### **A GEOGRAFIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

LINHA DE PESQUISA: Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTORA: JAILMA DE ARAUJO DINIZ

ORIENTADOR: PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO – UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues – UEPB/CH/DG

Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz – UEPB/CH/DG

#### **RESUMO:**

O estudo teve como objetivo, fazer uma análise das práticas agrícolas desenvolvidas pelo os agricultores familiares na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, situada na parte sudoeste do município de Alagoinha/PB, na porção oriental do Planalto da Borborema. Na localidade residem 40 famílias, a maioria delas tem na agricultura familiar a sua principal fonte de produção de alimentos. Culturas como: milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihotutilisima*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), fava (*Phaseolus lunatus*) e inhame (*Dioscorea spp*) são os principais produtos adquiridos do cultivo pelos agricultores familiares. Na área também existem atividades agroindustriais de pequeno porte ao exemplo de quatro engenhos, sendo três em funcionamento e um desativado, já na comunidade existe uma casa de farinha, hoje desativada. A comunidade foi criada no ano de 1983, pelo Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). Existe a Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo responsável pela organização das atividades camponesas locais. A maioria dos proprietários são minifundiários, com áreas entre 2 a 4 hectares, algumas famílias não possuem terra, mas cultivam em terras alheias. A base teórica do estudo contou com uma revisão bibliográfica de autores acerca da problemática. Entre os referenciais teóricos podemos destacar Buainain (2008), Fauth (2008) e Moreira e Targino (1997). Se tratou de um estudo de caso, em que o método e técnicas de pesquisa foram traçados a partir da Observação Participante, Whyte (2005), com um estudo em que a pesquisadora é parte integrante da comunidade, bem como, com a pesquisa empírica a partir de trabalhos de campo. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com os principais sujeitos do estudo, os agricultores e agricultoras familiares da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo e o levantamento de dados documentais a respeito da criação da comunidade. Partindo dessa lógica, com o trabalho se conseguiu analisar as dinâmicas decorrentes da agricultura familiar, reconhecida como maior produtora de alimentos para o consumo interno no país e também pela geração de empregos e desenvolvimento econômico local.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar. Geografia Agrária. Comunidade Rural



## **043 – GEOGRAPHY**

### **GEOGRAPHY AND THE FAMILY FARMING: A CASE OF STUDY AT THE RURAL COMMUNITY AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

RESEARCH FIELD: agricultural area: space reorganization and working relations

AUTHOR: JAILMA DE ARAUJO DINIZ

ADVISOR: PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO – UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues – UEPB/CH/DG

Prof. Ms. Thiago Leite Brandão De Queiroz – UEPB/CH/DG

#### **ABSTRACT:**

The study had as its goal, to analyze the agricultural practices developed by the family farmers from the rural community Agrovila Ribeiro Novo, situated at the southwest part of the city Alagoinha/PB, in the eastern portion of the Planalto da Borborema. At the place dwells 40 families, most of them have on the family farming their main source of food production. Cultures such as: corn (*Zea mays*), cassava (*Manihotutilisima*), sugar cane (*Saccharum officinarum* L.), beans (*Phaseolus vulgaris*), fava bean (*Phaseolus lunatus*) and Yams (*Dioscorea* spp) they are the main products acquired from the family farming cultivation. In the area there are also small sized agroindustry activities such as the four enginery, whereas three of them are working, and one is deactivated, insofar at the community, there is a cassava flour mill, nowadays deactivated. The community was created in the year of 1983, by the Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). There is the Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo responsible for the organization of local farming activities. Most of the owners are smallholders, with area between 2 to 4 hectares, some families don't have land, but they farm cultivate in someone's else land. The theoretical basis from the study reckoned with a bibliographical review of authors about the problematic. Among the theoretical references we can point Buainain (2008), Fauth (2008) and Moreira e Targino, (1997). It had had been dealt as a study case, in which the research methods and the techniques were traced from the Observação Participante, Whyte (2005), with a study in which the researcher is integrant part of the community, as well as, with the empirical research from fieldwork. Interviews were made semi structured with the main subjects of the study, the family farmers from the rural community Agrovila Ribeiro Novo and the documental data gathering regarding the community creation. Based on this logic, with the work was made possible analyze the dynamics resulting from the family farming, recognized as the biggest producer of food for intern consumption in the country and also by the generation of jobs and local economic development.

**Keywords:** Family Farming. Agricultural Geography. Rural Community

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICO, CICLO RADIAL E TABELAS

### Figuras

Figura 01	Localização Geográfica da Cidade de Alagoinha/PB.....	38
Figura 02	Distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Alagoinha/PB....	41
Figura 03	Colheita do algodão no Assentamento Cajá, município de Alagoinha/PB.....	41
Figura 04	Localização da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, no município de Alagoinha/PB.....	45
Figura 05	Delimitação atual da área da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo no município de Alagoinha/PB.....	45
Figura 06	Antiga casa de um morador na Fazenda Bastiões (1982) no município de Alagoa Grande/PB.....	53
Figura 07	Residências construídas pelo PROCANOR (1984) na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	53
Figura 08	Lavanderia pública e Escola de Ensino Fundamental José Cabral de Albuquerque na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	54
Figura 09	Local de instalação do poço artesiano e canal que recolhe os esgotos e divide a comunidade ao meio na Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	55
Figura 10	Casa de farinha da Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	57
Figura 11	Casa para armazenamento do açafrão, comunidade Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	57
Figura 12	Capela de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo.....	58
Figura 13	Casamento celebrado pelo padre Luigi Pescarmona na capela da comunidade, no ano de 1991.....	58
Figura 14	Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB.....	60
Figura 15	Engenho Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	60
Figura 16	Engenho Belo Monte, Alagoa Grande/PB.....	61
Figura 17	Engenho São João, Alagoa Grande/PB.....	61
Figura 18	Coivara e preparação do terreno para a plantação, uso de terras do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB.....	64
Figura 19	Plantio dos alimentos no roçado de agricultor juntamente com seus familiares e trabalhador alugado, terras do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB.....	64
Figura 20	Plantação da batata-doce e inhame, novas culturas na produção familiar dos agricultores familiares.....	65
Figura 21	Plantação de um roçado, no terreno do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB.....	66
Figura 22	Trator alugado sendo utilizado como debulhador de milho na Agrovila Ribeiro Novo.....	66
Figura 23	Na imagem destaca-se uma pequena horta destinada para fins econômicos, na comunidade Agrovila Ribeiro Novo.....	68
Figura 24	Criação de aves na Agrovila Ribeiro Novo.....	68
Figura 25	Restos de descartáveis de plástico em um roçado, localizado no terreno do Engenho Balancinho.....	69
Figura 26	Produção de alimentos, como tomate, maracujá, alface, morango e manga sem o uso de agrotóxicos na Agrovila Ribeiro Novo.....	70

## **Gráfico e Ciclo Radial**

Gráfico 01: Atual classificação do tamanho dos estabelecimentos fundiários no Brasil...	32
Ciclo Radial 01: Esquema de elaboração da formação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.....	49

## **Tabelas**

Tabela 01 - Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida por lavoura temporária no estado da Paraíba.....	37
Tabela 02 - Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida por lavoura temporária no município de Alagoinha/PB.....	42

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA-PB	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCTRF	Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional De Crédito Fundiário
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PROCANOR	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos
PROJETO	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste
SERTANEJO	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

Ha – Hectare  
Hab. Habitantes  
Km. Quilômetros  
PB – Paraíba  
% – Percentagem

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ELEMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....</b>	<b>19</b>
2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	19
2.2 A REFORMA AGRÁRIA, PROCANOR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	22
2.2.1 O PROCANOR: Programa Especial em torno das Áreas Canaveiras no Nordeste.....	24
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	27
<b>3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DA PARAÍBA.....</b>	<b>34</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB.....</b>	<b>38</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB.....</b>	<b>44</b>
5.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO.....	44
5.2 COMPOSIÇÃO POPULACIONAL E ESTRUTURAL DA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO.....	52
5.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS ENGENHOS EM TORNO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO.....	59
5.4 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO.....	62
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar desempenha um importante papel no contexto socioeconômico do país. São pontos de destaque no cenário nacional, que a colocam como maior produtora de alimentos para o consumo interno da nação, e no campo é a que mais emprega mão de obra da classe trabalhadora rural. É uma cultura que só vem crescendo e com ela também é visto alguns problemas que impedem a sua ampliação para mais famílias. Podemos citar em princípio a mal distribuição de terras no Brasil que concentram áreas improdutivas que só aumentam as disparidades sociais no campo (FAUTH, 2008).

A agricultura familiar para o agricultor familiar abrange não só o direito de plantar e colher em sua pequena propriedade, é o reconhecimento enquanto produtor do seu próprio meio de sobrevivência a garantia da renda e segurança alimentar, é a garantia de não ficar subordinado as variações que são impostas pelo capital, que estão sempre ocorrendo nas relações de trabalho no mercado econômico (BUAINAIN, 2006).

Para os agricultores familiares ou pequenos produtores existe um futuro de amplas possibilidades, oferecendo para sua família melhores condições de vida, que não seriam possíveis sem a dinâmica que a agricultura familiar proporciona para o homem do campo. Esse tipo de produção agrícola está bastante presente no Agreste<sup>1</sup> do estado da Paraíba, considerada há muito tempo uma grande produtora de alimentos do estado.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, localizada na parte sudoeste do município de Alagoinha/PB, que está situado na Microrregião de Guarabira/PB que compõe a Mesorregião do Agreste Paraibano. Os objetivos específicos são compreender a importância da agricultura familiar na comunidade; identificar os principais produtos e o destino da pequena produção

---

<sup>1</sup> De acordo com a nova regionalização do IBGE (2017), a mesorregião do Agreste do estado da Paraíba, não atende mais a essa denominação, correspondente a antiga Divisão Regional de 1989. Esta especificamente foi dividida em Região Geográfica Intermediária de João Pessoa e Região Geográfica Intermediária de Campina Grande. De acordo com o IBGE (2017) as microrregiões passaram a ser denominadas de Regiões Geográficas Imediatas, no caso o município de Alagoinha, local da pesquisa, está inserido na Região Geográfica Imediata de Guarabira. Mas para referencial de localização da pesquisa, optamos por utilizar a antiga regionalização, por razões sociais, econômicas e culturais que a região agreste representa com relação as culturas de base familiar.

agrícola na comunidade e diagnosticar os pontos positivos e negativos, advindos da agricultura familiar na comunidade, na área social, econômica e ambiental. Neste sentido, o trabalho busca compreender se está ocorrendo desenvolvimento socioeconômico na comunidade e se ocorre compreender a sua importância e contribuir para o seu progresso, mesmo considerando difícil existir desenvolvimento socioeconômico no capitalismo, onde predominam as grandes desigualdades.

Em princípio a agricultura foi a forma que a humanidade encontrou a séculos atrás como principal técnica para sua sobrevivência, buscando nela a fonte essencial da vida, a produção para o consumo de alimentos. A agricultura foi se aprimorando cada vez mais com o passar do tempo. No Brasil, a agricultura nos últimos séculos foi se destacando no cenário econômico, tornando o país em um dos maiores produtores de alimentos do planeta, por ter uma vasta extensão de terras, com solos férteis, relevo pouco acidentado e um clima predominantemente tropical, favoráveis ao desenvolvimento da agricultura (NOGUEIRA, 2014).

A maior porcentagem dessa produção é feita em sistemas de monocultivos em latifúndios, sendo destinada para a exportação, onde o agronegócio comanda o setor agropecuário do país. Existem milhões de famílias de agricultores que produzem uma agricultura voltada principalmente para ampliação da renda, através da sua própria produção, estes são chamados de agricultores familiares. Estes diferem dos camponeses, que estão voltados para a produção de alimentos para a sua família, e não para ampliação do capital movidos pelo agronegócio, como estão muitos agricultores familiares (OLIVEIRA, 2007).

A agricultura já foi considerada uma das técnicas mais rudimentares que a humanidade criou para a sua sobrevivência e indo para o conceito, mas coloquial, na visão de alguns essa continua sendo vista como uma cultura de retrocesso, onde não se vale investir. Sobre esse conceito anterior de pensamentos negativos sobre a agricultura brasileira, Buainain (2008) não concorda bem com essa afirmativa que se prolongou nas últimas décadas sobre o crescimento da economia brasileira, onde a agricultura era colocada como um entrave, devido ao fator de que ela não seria uma área de interesse para se investir. Porém como temos visto atualmente o campo brasileiro se modernizou e tem se tornado uma das áreas econômicas de maior destaque no país e nunca tinha sido tão valorizado e disputado como tem havido ultimamente.

Dentro desses argumentos, compreendemos que enquanto houve um grande desenvolvimento tecnológico para a produção agrícola em larga escala, com o uso de maquinário, sistemas de irrigação entre outros. Mas ainda existem agricultores familiares tradicionais, trabalhando em condições precárias e com instrumentos rudimentares, ao exemplo da enxada, foice e estrovenga, como é o caso da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, no Agreste paraibano.

Como podemos ver a agricultura no Brasil é uma área de evolução contínua no mercado econômico, como bem aponta as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor agropecuário teve o crescimento de 1% no ano de 2017 no Produto Interno Bruto (PIB), representando o percentual de 13% aparecendo em primeiro lugar no ranking, sendo a agricultura a principal responsável por esse crescimento, com destaque para a expansão nas produções nacionais do milho (55,2%) e da soja (19,4%), produtos destinados para a exportação, são os chamados commodities. Sendo que isso é positivo para o agronegócio, pois prevalece a exportação de produtos da agropecuária.

Fauth (2008) destaca que o setor agropecuário no Brasil é composto por unidades produtoras que se encontram em patamares muito diferentes entre si, estes diferem no capital, nos ativos, o tipo de posse de terra, a fonte de renda, a mão de obra e o destino da produção. A agricultura no Brasil, segue de acordo com o ritmo que é imposto pelo capitalismo. A agricultura moderna é a mais beneficiada, por ter uma produtividade maior de alimentos e insumos, voltados principalmente para a exportação e por precisar de menos mão de obra favorecendo em especial aos negócios produtivos dos latifúndios. Em contra oposição dessa produção, a agricultura tradicional que não atende a esses requisitos, está enquadrada em priorizar as demandas internas, em suprir as necessidades econômicas e sociais do trabalhador e pequeno produtor rural.

A partir dessa perspectiva, a agricultura familiar é apresentada como a produção agrícola que põe na mesa do brasileiro o alimento que é consumido. De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento



Agrário (SEAD)<sup>2</sup>, a agricultura familiar é responsável por a produção de cerca 70% dos alimentos que são consumidos no país. Além de produzir mais da metade de alimentos para o consumo, é uma das grandes responsáveis pela mão de obra empregada no campo e pode ser vista como uma grande transformadora social da população rural, podendo oferecer diversas oportunidades atreladas ao seu desenvolvimento (FAUTH, 2008).

A propósito a agricultura familiar, infelizmente sofre com vários empecilhos que impedem a sua expansão, como podemos citar em destaque, a falta da realização da reforma agrária que não contribui para a sua ampliação. Mas existem os programas governamentais que apoiam o agricultor familiar, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principalmente este último, mudou a vida de muitas famílias do campo nos últimos anos, e os fortaleceram bastante nas últimas décadas (BUAINAIN, 2008).

Muitos são as áreas que merecem destaque para o crescimento econômico no que se refere na área agrícola no Brasil. Mas na pesquisa focamos principalmente a relevância e importância da agricultura familiar no espaço geográfico estudado. Foram debatidos os pontos principais atrelados a essa produção, destacando as dinâmicas que ocorrem em torno da agricultura familiar no Agreste da Paraíba, em específico na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, no município de Alagoinha.

A comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, foi criada no ano de 1983, através do Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR). Foi um projeto intermediado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município de Alagoa Grande/PB. Ela foi constituída por famílias que moravam em outras localidades que foram beneficiadas pelo projeto, advindas de duas fazendas do município de Alagoa Grande, do município de Alagoinha e de engenhos próximos a referida localidade<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com o decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, em seu Artigo 1º, foi definida a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), prevista no Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010. As suas competências ficaram subordinadas ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

<sup>3</sup> Informações cedidas por Paulo Luiz dos Santos, extensionista da EMATER do município de Alagoa Grande/PB. Os detalhes sobre a origem da formação da comunidade, foram inseridos no capítulo cinco, que tratou sobre os resultados e discussões sobre a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo.

Como justificativa para essa pesquisa, o motivo principal para iniciá-la, é o de que como moradora do local da pesquisa e filha de agricultores familiares, se tornou de grande interesse e motivação em pesquisar a área. A intenção é de contribuir positivamente com a comunidade, gerando e sistematizando informações que fortaleçam os conhecimentos acerca da Agrovila Ribeiro Novo, pois existem poucas pesquisas no local. No levantamento de dados, foram identificados apenas dois trabalhos acadêmicos sobre a comunidade, Silva (2014) e Silva Júnior (2017) que tratam respectivamente sobre educação ambiental e resíduos sólidos. Estes tratam de maneira ainda muito superficial, sem a preocupação com o uso e ocupação da terra em sua agropecuária local.

Diante da atual situação da agricultura familiar no território brasileiro, levando em consideração a proposta de trabalho da agricultura familiar camponesa na Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB. Surgem a partir da pesquisa bibliográfica e de observação na comunidade, as seguintes questões: a) Como a agricultura familiar é considerada para os camponeses, se primeira ou segunda opção de ocupação e obtenção da renda para o sustento da família? b) É possível realizar uma produção familiar, em que não seja prejudicial ao meio ambiente? c) Houve evolução na diversificação dos produtos agrícolas na comunidade, desde a sua criação na década de 1980 até os dias atuais? d) Verifica-se algum tipo de desenvolvimento por parte dos agricultores familiares em relação as condições socioeconômicas?

As respostas para essas suposições serão apresentadas no capítulo cinco, que tratou sobre os resultados e discussões na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, onde foi possível sistematizar e analisar o que os agricultores responderam sobre as suas condições de trabalho, produção e limitações tecnológicas vivenciadas pela comunidade, o que impede avanços mais significativos e melhoria nas condições de produção e de vida dos agricultores familiares locais.

Diante disso foram utilizadas pesquisas em materiais bibliográficos e fontes documentais para fundamentar a pesquisa. Os principais teóricos utilizados na pesquisa foram Andrade (2005) Buainain (2006, 2008), Fauth (2008), Moreira e Targino (1997), Oliveira (2007), Tavares (1989) e Torres e Silva (2016).

Foram realizadas pesquisas *in loco*, com a pretensão de observar a real situação da área a ser examinada através de pesquisas de campo. E principalmente foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aprofundadas com os agricultores

familiares locais no período do segundo semestre de 2017 ao segundo semestre de 2018. E também foram realizados registros fotográficos dentro da comunidade Agrovila Ribeiro Novo e em torno da área que a circunda.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos sendo o primeiro introdutório, que em linhas gerais tratou sobre os objetos e as principais bases teóricas em torno da agricultura familiar que foram utilizadas no trabalho. Foi destacado o local da pesquisa, a Agrovila Ribeiro Novo, apresentando a sua localização, os objetivos, a justificativa do trabalho e os principais aspectos metodológicos que serviram como base para a construção dessa pesquisa.

O capítulo dois intitulado de Elementos Metodológicos e Referencial Teórico sobre Agricultura Familiar e Estrutura Fundiária tratou sobre a metodologia utilizada no trabalho e os teóricos que foram levantados sobre os temas trabalhados como a reforma agrária, o PROCANOR e por último foi destacado a agricultura familiar e os levantamentos antigos e recentes sobre a estrutura fundiária no Brasil.

Agricultura Familiar no Estado da Paraíba foi destacada no capítulo três, iniciando com dados da estrutura fundiária da região Nordeste e da Paraíba agricultura familiar e não familiar. Foi abordada de modo restrito e em especial, a mesorregião do Agreste paraibano, apresentando as dinâmicas históricas que ocorreram nesse território, que foi consolidado a partir das culturas de subsistência.

O capítulo quatro, aborda a Caracterização Geográfica do Município de Alagoinha/PB, região aonde a comunidade estudada está inserida, destacando os seus aspectos geográficos e históricos. Foram destacados em especial os conflitos territoriais que ocorreram em torno das culturas agrícolas de base familiar, que foram importantes para a formação do espaço agrário municipal, favorecendo o desenvolvimento da agricultura familiar no município. E também foi destacado as suas principais potencialidades agrícolas locais.

Os Resultados e Discussões sobre a área do objeto de pesquisa a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo e a análise das práticas produtivas dos agricultores familiares, foram abordadas no capítulo cinco, centrados na metodologia de entrevistas, observação participante, análise de fontes documentais e levantamentos fotográficos. Este capítulo teve a finalidade de analisar a agricultura familiar e as relações que levaram a transformação do local, enquanto espaço geográfico, desde a sua criação no ano de 1983, até os dias atuais.

## **2 ELEMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRUTURA FUNDIÁRIA**

Este capítulo foi organizado em duas partes, sendo a primeira sobre os métodos do estudo e técnicas utilizadas. A segunda parte tratou sobre uma revisão de literatura acerca da reforma agrária e suas implicações em torno da produção familiar. Também foi destacado nesse ponto, teóricos que debatem em seus trabalhos brevemente sobre o PROCANOR, programa que deu sustentação para a formação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo. E a última parte tratou sobre a agricultura familiar e estrutura fundiária no Brasil. Este é um capítulo todo referenciado por preocupações teórico conceituais e metodológicas.

### **2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS**

O primeiro passo realizado na pesquisa, foi a consulta em materiais bibliográficos: livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, páginas eletrônicas, como a do IBGE e a do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os principais teóricos utilizados foram Andrade (2005), Buainain (2006, 2008), Fauth (2008), Moreira e Targino (1997), Oliveira (2007), Prado Júnior (2007), Tavares (1989), Teixeira (2005) e Torres e Silva (2016).

E também foram realizadas pesquisas documentais e entrevistas com o propósito de esclarecer de como ocorreu a formação da comunidade em estudo. Essas fontes serviram como base documental para a pesquisa. O segundo passo do trabalho realizado foram as pesquisas *in loco*, que tiveram a pretensão de observar a real situação da área examinada (PRODANOV; FREITAS, 2013). A partir desse ponto foram colhidas informações com os moradores mais antigos da comunidade, com o propósito de traçar uma metodologia apropriada para o estudo.

O estudo também se caracterizou como de Observação Participante (Whyte, 2005), ser filha de agricultores e morar na comunidade desde o meu nascimento, conhecendo os detalhes e as formas de vida, trabalho e lazer vivenciados no campo de investigação, serviram como base central para formular essa pesquisa. Nesse caso, ajudar meus pais e irmãos na lida com a vida no campo e depois entrar na universidade, me deu fôlego na de hora de escolher sobre o que estudar para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e me veio o interesse direto pelo tema da agricultura familiar em minha comunidade.

Realizamos um levantamento de fotografias antigas dentro da comunidade para traçar um perfil da composição familiar local e também fizemos fotografias atuais acerca das famílias e do sistema de produção, bem como das paisagens locais. As imagens nos ajudam a compreender as dinâmicas socioterritoriais locais e as condições de vida, moradia e trabalho dos agricultores familiares da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo.

No trabalho de campo, além do levantamento fotográfico, contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores e suas famílias, para colher informações acerca da problemática a ser trabalhada. Essa parte da pesquisa ocorreu entre o segundo período de 2017 e primeiro período de 2018. Após a coleta das entrevistas foi feita uma análise em cima das mesmas e escolhemos alguns agricultores familiares, dentre os quinze entrevistados, para entrevistas aprofundadas ocorridas no segundo período de 2018, onde foi possível adentrarmos aos dados mais especificamente do estudo.

Na metodologia do trabalho, com relação as entrevistas realizadas, estas foram de aspectos qualitativos e divididas em duas partes. Em primeiro momento utilizamos a metodologia das entrevistas semiestruturadas (DUARTE, 2004), onde foi possível avaliar os principais aspectos do local a ser estudado. As entrevistas aprofundadas (FRASER; GONDIM, 2004), tiveram como foco central analisar com mais clareza a agricultura familiar e os aspectos relacionados a sua produção e também explicar como foi idealizado a formação da Agrovila Ribeiro Novo.

A partir das entrevistas semiestruturadas e aprofundadas com os entrevistados foram surgindo os apontamentos e as dúvidas com relação a criação da referida comunidade. Partindo dessa lacuna, realizamos uma entrevista aprofundada com o responsável da implantação do programa PROCANOR na comunidade

estudada que foi citado pelos entrevistados, o extensionista da EMATER no município de Alagoa Grande, Paulo Luiz dos Santos.

Após realizadas as devidas entrevistas com o público alvo da pesquisa com o propósito de colher informações acerca da problemática trabalhada, realizamos a análise geográfica das informações colhidas na comunidade em torno da agricultura familiar. A partir de então estas foram inseridas na metodologia dos resultados obtidos na pesquisa.

A pretexto a fundamentação da pesquisa está pautado em fundamentos direcionados aos termos: reforma agrária, PROCANOR, estrutura fundiária, agricultura familiar e agricultura familiar no estado da Paraíba. Como fonte para o referencial desses tópicos, foram utilizados para construção da pesquisa bibliográfica consultas em livros, artigos, sites e trabalhos acadêmicos.

O termo agricultura está relacionado com a produção de alimentos para a sobrevivência da humanidade. Bursztym e Bursztym (2012) argumentam que a consolidação da agricultura foi efetivada ao surgimento das sociedades agrárias, que se dedicavam a criação de animais, à construção de reservatórios d'água e cereais. Os autores destacam que essas sociedades tinham o objetivo de com a prática da agricultura obter produtos vegetais e animais.

Podemos definir agricultura como sendo aquela que supri as necessidades alimentícias da população e também com a prioridade de estabelecer parâmetros capazes de usufruir desses meios e possibilitar a sua ampliação em larga escala para a reprodução para fins econômicos. Indo de encontro com essa perspectiva Lopes, Sarti e Otero (2014) destacam essa afirmativa em esfera mundial:

A história da agricultura mundial no último meio século tem sido, sobretudo, a história de transformações produtivas, impulsionadas pela ciência e pela intensificação tecnológica, e a resultante expansão da capacidade produtiva, *pari passu* com o crescimento da demanda de alimentos (LOPES; SARTI; OTERO, 2014, p. 12).

Estes temas da agricultura em muito interessam aos estudos de comunidades rurais brasileiras, de onde a geografia agrária, também leva em consideração os tipos de usos e ocupações da terra. Esse estudo se dedicou a um aspecto da agricultura, considerando as dinâmicas produtivas de famílias de agricultores, que vivem e trabalham na terra, de maneira tradicional, com os quais nos identificamos enquanto pesquisadores, através da observação direta.

## 2.2 A REFORMA AGRÁRIA, PROCANOR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No Brasil foi promulgada a Lei nº 601, no dia 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras de 1850, estabelecendo parâmetros para a divisão de terras. Torres e Silva (2016, p. 19) salienta que o seu "principal motivo foi dificultar o acesso à terra aos segmentos sociais alheios à elite: os escravos libertos e os trabalhadores livres, que continuaram marginalizados". Essa lei tinha o aporte de corrigir as irregularidades na distribuição de terra que ocorreram durante o período colonial, porém com a sua não realização, infelizmente foi deixado de lado uma boa oportunidade na repartição territorial igualmente. A terra se transforma em mercadoria privada das elites agrárias. Teixeira ressalta que:

O quadro que se forma no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais (TEIXEIRA, 2005, p. 28).

Essa prerrogativa da concentração de terras só veio a beneficiar a minoria desses proprietários tão bem estabelecidos, refletindo negativamente para os pequenos produtores que só veem o seu espaço diminuído. Prado Júnior (2007) mostra que essa concentração só cresceu ao longo do tempo, na década de 1940 e 1950 esse percentual foi absorvido pelas grandes propriedades (mais de 100 ha) cresceram de 431,2 ha para 642,9 ha e as pequenas propriedades (menos de 100 ha) sofreram declínio de 22,1 para 21,8 ha.

O foco principal da reforma agrária é o de reparar a alta disparidade de concentração de terras improdutivas nas grandes propriedades, são essas as terras reivindicadas para a realização da reforma. Grandes concentrações de terras que não estão sendo aproveitadas satisfatoriamente, são analisadas de acordo com os indicadores de desempenho, tudo isso é realizado pelo INCRA (BUAINAIM, 2008).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 186, esta define os pontos que devem ser cumpridos pela função social da terra: I) aproveitamento racional e adequado, II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, III) Observância das disposições que regulam as

relações de trabalho e IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Prado Júnior (2007) elenca os principais beneficiados com a realização da reforma agrária, dentre eles podemos destacar em especial, a classe trabalhadora do campo. Na medida em que a mesma ocorresse os trabalhadores rurais teriam um local para trabalhar e morar, não ficando sujeitos como mão de obra disponível no mercado, alheios a falta de emprego e exploração da classe dominante e também esses teriam direito a propriedade da terra, onde teriam a oportunidade de trabalhar para seu sustento. Para Prado Júnior (2007, p. 83) a sua efetivação resultaria "a elevação de nível de vida da população rural".

Mas em contrapartida a realização da reforma agrária, surgem os senhores detentores de terra, que também são ocupantes de cargos políticos ou em conjunto com políticos aliados, não a apoiam e dificultam a sua realização. Prado Júnior (2007) destaca o poder legislativo, outros órgãos governamentais e administradores fazem vista grossa ao assunto, alegando imaturidade e impraticabilidade em torno da questão.

Silva (1971, apud NAVARRO, 2014, p. 710), enfatiza que os esses proprietários de terra são os que comandam o poder político do país. Navarro (2014, p. 710) a classifica como sendo "um ato irrecorrível de transferência de direitos de propriedades incidentes sobre as terras privadas", ou seja, aquilo em que não se pode recorrer, e sendo o caso discutido regulado pelo Estado, o qual não faz tanta questão de tratar do assunto e sempre acaba deixando de lado a reforma agrária.

Movimentos sociais ganham destaque, quando o assunto é a luta pela terra, estes em sua maioria estão articulados no Brasil e tem o propósito de reivindicar terras improdutivas que não cumprem a função social da terra para a reforma agrária, segundo Cunha (2013, p. 13) a função social da terra, não é cumprida por causa que "a estrutura agrária brasileira não condiz com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que garante o direito à reforma agrária com o objetivo de alcançar a função social da terra".

Dentre esses movimentos destacam-se dois no território brasileiro. Buainain (2008) destaca que o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é considerado o principal movimento na luta pela terra no país, trabalham com a ocupação de terras improdutivas que sejam levadas a categoria de assentamentos.



Oliveira (2007) considera o MST como um movimento que vive em um processo de luta para entrar na terra e não para sair dela.

Para Buainain (2008), outra importante articulação no Brasil na luta pela terra é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que está ligada à Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O autor a considera como uma organização ecumênica que esta voltada para defender camponeses e trabalhadores rurais. Mitidiero Junior (2008, p. 135), destaca que a CPT tem como “objetivo de dar apoio e socorrer os pobres e oprimidos do campo”. Para estes autores tanto a CPT, quanto o MST tiveram origem nas comunidades de base da Igreja católica, mas o MST passou a ter maior autonomia, na medida em que houve um maior enfrentamento e luta pela terra.

Navarro (2014) afirma que no Brasil nunca houve e nem haverá reforma agrária e sim o que realmente aconteceu foi uma redistribuição de terras obtidas pelo Estado, para a formação de novos assentamentos rurais, esse é o cenário atual de como se configura a reforma agrária que infelizmente não consegue suprir uma demanda alta da população que viveria com melhores condições de vida, já que a reforma trata da distribuição de terras concentradas. Essas terras concentradas mostram a origem da desigualdade social no campo.

### 2.2.1 O PROCANOR: Programa Especial em torno das Áreas Canavieiras no Nordeste

Diferente do clássico modelo de “reforma agrária” que se realiza através a criação de assentamentos rurais, que é apenas uma distribuição de terras no Brasil, que na maioria das vezes são alcançadas através de organizações de apoio, como o MST ou a CPT. A comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo passou por um processo de reforma agrária atípico em relação a esse modelo. Pois lá tivemos uma divisão da terra em lotes com os moradores locais, fruto do programa PROCANOR.

Silva (2014) destaca que a comunidade é fruto de um projeto do INCRA em parceria com o PROCANOR e o Banco do Nordeste. Já Silva Júnior (2017, p. 14) enfatiza que “diferente de muitas comunidades rurais, aqui não houve acampamento e, portanto, os primeiros moradores não exigiram reforma agrária, e o antigo dono da propriedade, a vendeu de livre e espontânea vontade”.

A comunidade foi criada no ano de 1983, através desse projeto do governo do estado da Paraíba e do governo federal. Como se pode observar, a comunidade se formou bem antes das grandes lutas que se deram no país e que estavam atreladas a CPT, que também deram origem ao MST. Outra comunidade rural que também foi adquirida pelo INCRA com recursos do PROCANOR, é o Assentamento Quitéria, localizado no município de Alagoa Grande/PB, adquirido em 1984 com uma área de 167,7 ha destinadas para 52 famílias (MOREIRA, 1997).

Martins (2012) destaca que o programa PROCANOR foi lançado em abril de 1980 durante o governo do presidente João Baptista de Figueiredo, com o propósito de socorrer às vítimas das secas do início dos anos oitenta da região nordestina. Gurjão (2006) rotula o PROCANOR, como um dos programas especiais que foram implantados no Nordeste na década de 1970:

Os governos Federal e Estadual, com objetivo de desenvolver ações para minimizar a pobreza rural no Nordeste e o desenvolvimento integrado em áreas selecionadas, foram envolvidos desde o início dos anos 70 com financiamento de programas especiais (GURJÃO, 2006, p. 63).

Gurjão (2006) destaca os programas especiais que atuaram no Nordeste nessa época, como o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO), o Plano de Irrigação do Nordeste, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (PROHIDRO) e o PROCANOR, que tiveram como ponto central o desenvolvimento regional na região nordestina.

O que mais teve destaque no Nordeste foi o POLONORDESTE. De acordo com Magalhães (2000, p. 2) com esse programa "iniciou uma importante fase de política de desenvolvimento regional no Brasil, a fase dos programas especiais". E após a sua implantação, começou a surgir no Nordeste e em demais regiões do país, vários programas especiais, como por exemplo o PROCANOR, que atuava em específico na região de principal área de produção canavieira do Nordeste, a Zona da Mata.

O PROCANOR de acordo com Tavares (1989, p. 318) este "tinha, como propósito, melhorar as condições de vida e de bem-estar das populações pobres das áreas canavieiras do Nordeste". Esse programa ofereceu suporte financeiro a população no seu tempo de estabelecimento, amparando e protegendo os moradores que o programa instalava nas áreas canavieiras.

O autor supracitado destaca que o PROCANOR oferecia atividades que incluíam assistência médica, escolar e alimentar. Isso se realizava com o abastecimento de alimentos e medicamentos a criança menores de seis anos e gestantes, para a compra de material de construção de casas e tinha toda uma política no oferecimento de serviços coletivos, como a construção estabelecimentos, como escolas, perfuração de barreiros e construção de casas de farinha.

Martins (2012) pondera que o PROCANOR teve a pretensão configurada de melhorar as condições de vida da população que vivia em zonas canavieiras, assentando essas famílias, as oferecendo terras para morar e plantar. Martins conclui que essa ação (2012, p. 7) “não passou de uma estratégia do governo para conter a mobilização dos trabalhadores da cana que vivenciavam um crescente processo de organização política”, ou seja, essa foi uma forma encontrada pelos senhores de engenhos em conter a população que estava atrás de seus direitos como cidadão, e que foram contidas com as ações desse programa.

Souza (2002, apud SILVA, 2011) destaca que o PROCANOR, no município de Alagoa Nova/PB, foi implantado na década de 1980, com o objetivo de tirar os moradores e/ou trabalhadores de engenhos para morarem em outros locais, oferecendo benefícios a estes. Mas para a autora supracitada por Silva (2011), de acordo com Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR de Alagoa Nova) esse programa serviu como proteção para muitos donos de engenhos da região, com o intuito de não se sentirem obrigados a assinarem a carteira de trabalho desses moradores e/ou trabalhadores, ou seja, foi uma maneira encontrada a fim de “expulsá-los” de suas terras para não se sentirem coagidos a pagar seus direitos trabalhistas.

Entretanto essa oportunidade encontrada pelos donos de engenhos da região de Alagoa Nova, também tinham uma outra intenção, através do PROCANOR. Esses trabalhadores voltariam a procurar empregos no próprio local de onde saíram, como finalidade de complementação da renda da família. Sendo assim os donos dos engenhos não teriam os gastos adicionais, saldando o direito dos trabalhadores. Estes não seriam mais pressionados por esses trabalhadores, pois os mesmos já estariam conformados com o novo modo de vida, oferecido pelo programa.

## 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Atrelada ao desenvolvimento socioeconômico, a agricultura familiar é a responsável por grande parte da produção de alimentos que vai para a mesa da população brasileira. Torres e Silva (2016) destaca que indo nessa lógica podemos defini-la como aquela que oferece suporte de segurança alimentar e novas perspectivas de melhoramento econômico e social de vida no campo para o pequeno agricultor familiar. Na visão de Fauth (2008, p. 51):

A agricultura familiar é conceituada como sendo a estrutura produtiva agrícola baseada na utilização de mão-de-obra familiar, que tem, na exploração agrícola, o local de moradia, e a maior parte da sua renda, agrícola ou não, provém das atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento, independentemente de sua extensão de área.

Torres e Silva (2016, p. 11) argumenta que agricultura familiar era denominada de três a quatro décadas atrás de “pequena produção”, “agricultura de baixa renda” e “agricultura de subsistência”. Esses termos sempre eram levados a uma expressão de inferioridade, relegando os seus valores que lhe atribuíam nos censos uma expressão de baixo valor econômico no país. Indo nessa mesma perspectiva, Buainain (2006, p. 21) afirma que:

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado do ponto de vista econômico, tecnológico e social voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência.

Tanto Buainain (2006) como Torres e Silva (2016) enfatizam em seus trabalhos, a visão negativa que se tinha e que ainda se tem com relação a agricultura familiar. Infelizmente muitos veem na agricultura familiar como uma área que não tem progresso na agricultura, ficando sob a vista de muitos uma produção arcaica sem muitas perspectivas de sucesso próspero no campo.

No entanto é nesse setor agrícola, que além de ser considerado o grande responsável por elevada parte da produção de alimentos, também é área que gera renda e empregos para a população rural (FAUTH, 2008). A autora salienta que a variação desses itens anteriores pode ocorrer de forma diferente em uma região para outra do país, não ocorrendo na mesma proporção e a essa produção lhe é dado aspectos capazes de transformação de vida social e econômica, quando lhe é estabelecido em um determinado lugar o caráter de desenvolvimento econômico.

Silva (2006) argumenta que a produção familiar no Brasil está distribuída de forma desigual e que esse fato não coopera com uma classificação. Entretanto pode-se observar que existem os agricultores mais estabelecidos economicamente e que usufruem de padrões tecnológicos e por outro lado aparecem os agricultores com baixo nível de integração produtivo e produz para o autoconsumo.

Nogueira (2014) caracteriza agricultor familiar como aquele que cultiva a produção agrícola em sua pequena propriedade, é responsável pelo seu trabalho juntamente com a família e adquire através da produção familiar meios financeiros que auxiliam nas despesas diárias, porém a agricultura familiar por si só não é suficiente para o sustento da família, tem que ser complementada com outra ocupação. Para Nogueira (2014, p. 21) destaca que a agricultura familiar:

É uma forma de produção que predomina entre gestão e trabalho: são agricultores familiares que dirigem o processo produtivo comercializando o excedente da produção, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementando com trabalho assalariado.

Fernandes (2001) com base em estudos de teóricos como de Abramovay (1992), destaca que o modo de produção camponesa, está perdendo espaço para o conceito de agricultura familiar. Fernandes (2001, p. 29) argumenta que “nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar”. Existem camponeses que produzem comida, que não são enquadrados como agricultores familiares. A produção agrícola poderia ser ainda maior se eles fossem incluídos nos programas governamentais, que amparam somente ao agricultor familiar. Quem produz realmente comida no Brasil são os pequenos produtores.

O autor supracitado ressalta que a agricultura familiar, está inserida em atender as demandas do desenvolvimento do capitalismo. O Estado e o Congresso são comandados por empresários e ruralistas, sendo que estes estão programados em servir aos seus interesses. Dessa forma as oportunidades para os camponeses são raríssimas, e as que são adquiridas são conquistadas através de lutas pelos trabalhadores rurais. As políticas públicas que são empregadas são voltadas principalmente para a construção de uma agricultura familiar capitalista, baseada em servir ao modelo do agronegócio (FERNANDES, 2001).

A agricultura brasileira nos últimos anos além de se modernizar e evoluir os meios capitalistas do campo, os impactos negativos não só impactaram no meio rural. Os reflexos também foram sentidos nos médios e grandes centros urbanos, aumentando cada vez mais os problemas (OLIVEIRA, 2007). Com o prosseguimento da modernização agrícola, a classe trabalhadora rural e a urbana que em parte também dependiam do sustento do campo, ficaram ainda mais oprimida.

Buainain (2008) enfatiza que com a modernização do campo, surgiu o *agribusiness*. O agronegócio é considerado o responsável por uma boa parte do produto agropecuário do país. O latifúndio se modernizou, ganhando características fortes de produtividade e exportação, principalmente de produtos não tradicionais.

Oliveira (2007) ressalta que com a ampliação do agronegócio, só diminui a produção de alimentos no país. Pelo fato de que o agronegócio, está voltado principalmente para a produção de mercadorias, os *commodities* que são destinados para a exportação. Oliveira (2007) com base no teórico Carlos Walter Porto-Gonçalves, destaca que o agro-negócio é um termo criado para diferenciar e substituir ao da agri-cultura:

Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial (Oliveira, 2007, p. 147).

O referido autor conclui que dessa forma nos aspectos econômicos, são definidas a diferença da agricultura tipicamente capitalista da agricultura camponesa. Oliveira (2016) mostra que o agronegócio, tem como seu colaborador produções científicas que são imbuídas a produzirem “conhecimento” para a sociedade, sempre exaltando seus feitos positivos para o crescimento econômico do país.

Segundo Oliveira (2016, p. 108) “é assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil”. O autor ressalta que esse modo de produção é uma dominação que vem desde o período colonial e que só tende a crescer, sendo reforçada através dessas ações. Em contraposição essa política não beneficia em nenhum momento, a produtividade de alimentos, gerando uma instabilidade de insegurança alimentar no país.

Atualmente no Brasil existe vários programas governamentais que reconhecem e amparam a agricultura familiar. A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006

da Legislação sobre a Agricultura Familiar do Artigo 3º, é considerado agricultor familiar aquele que: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dentre os conceitos-chaves para esse estudo, temos o de políticas públicas. Para Muller e Surel (2004, apud GRISA, 2012, p. 30) trazem dois conceitos importantes sobre políticas públicas, “é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer” e também “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

O MDA (2013) elenca as políticas públicas que foram implantadas em favor do desenvolvimento da agricultura familiar. O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do governo federal que oferece crédito com juros abaixo da inflação. Esse programa é destinado para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. Eles têm a opção de realizar esse financiamento de forma individual ou coletiva.

O PRONAF foi criado em 1996, sendo de tamanha importância para a agricultura familiar, elevando de patamar esse setor para um mais consolidado. Na visão de Buainain (2006) foi a partir desse programa que a agricultura familiar passou a ser apoiada com políticas públicas de relevância, antes eram amparados com políticas negligenciadas sem muita importância. Mas para Fernandes (2001), ele destaca que o PRONAF tem como propósito gerar a capitalização dos camponeses, os transformando em pequenos capitalistas do campo.

O MDA (2013) classifica outros programas que também são importantes para a área, o Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Ele leva assistência técnica para as propriedades rurais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), consiste em garantir o atendimento de populações que estão em condição de insegurança alimentar e nutricional e também fortalece a agricultura familiar, pois ocorre inclusão social, já que os produtos são adquiridos da mesma.

Temos também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como prevê a Lei número 11.947/2009, pelo menos 30% da produção da agricultura familiar

do município tem que ser adquirido pelo governo municipal para serem inseridos na alimentação em redes municipais de ensino da rede pública. Já o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tem como objetivo facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais.

Ainda temos o Garantia-Safra que funciona como um seguro de garantia para agricultura familiar, em caso de perda da produção por fatores climáticos (MDA, 2013). Para a SEAD o plano safra da agricultura familiar 2017/2020, surgem como um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da mesma. Ainda é ressaltado nesse plano que é preciso não só dispor de crédito, mas também foi estabelecido nesse documento um conjunto de metas voltados para o enriquecimento dessa produção.

A concentração fundiária infelizmente é um dos empecilhos que impedem a ampliação da agricultura familiar. A propósito a produção familiar é praticada em pequenas propriedades, que para Prado Júnior essa área (2007, p. 54) "significa o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade fundiária resulta em regra do retalhamento da grande propriedade, que perde razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração". Buainain (2008, p. 38) evidencia que:

A estrutura fundiária concentrada não conforma, por si só, um ambiente favorável para o desenvolvimento familiar. A política de modernização conservadora e a crise e a estagnação econômica que vêm afetando a economia brasileira nos últimos 20 anos tiveram forte impacto negativo sobre esse segmento, contribuindo para agravar as tensões sociais no campo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 da Agricultura Familiar Primeiros Resultados<sup>4</sup>, no Brasil foram registrados o total 4 367 902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. A pesquisa mostra que a área ocupada pelo grande número de agricultores familiares está estimada em 80,25 milhões de ha, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Para o Censo Agropecuário estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não

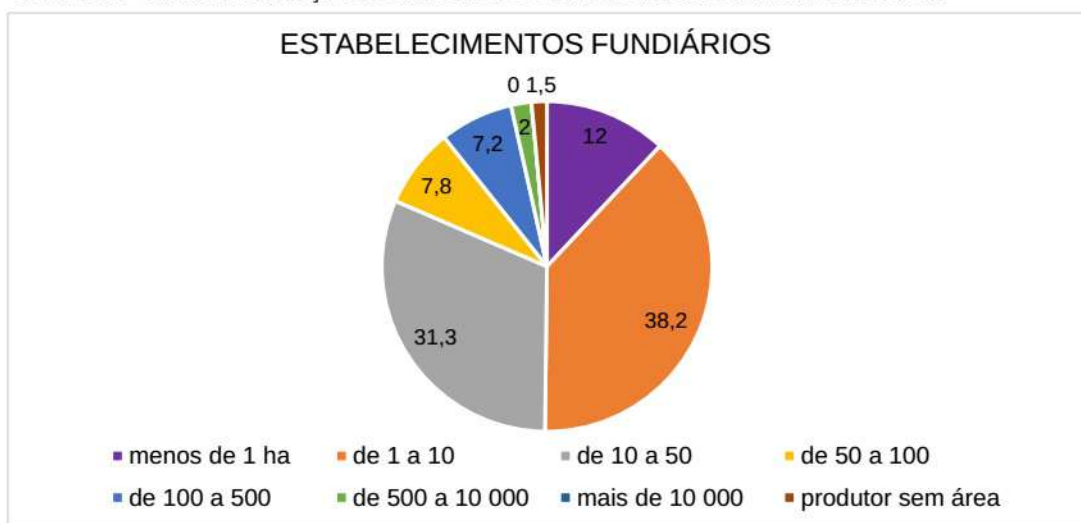
---

<sup>4</sup> De acordo com França, Del Grossi e Marques (2009), foi divulgado no ano de 2009, de forma inédita, o caderno temático "Agricultura Familiar: Primeiros Resultados", uma parceria da cooperação do MDA com o IBGE. Esses resultados foram obtidos através do Censo Agropecuário de 2006.



familiares, de 309,18 ha (IBGE/Censo Agropecuário da Agricultura Familiar 2006). No mais recente censo agropecuário realizado pelo IBGE, denominado de Censo Agro 2017, apresentado em julho de 2018 ainda com resultados preliminares, foram divulgados a nova distribuição de terra no país<sup>5</sup> (Gráfico 01):

Gráfico 01 - Atual classificação do tamanho dos estabelecimentos fundiários no Brasil.



Fonte: Arquivo da autora a partir do IBGE/Censo Agro 2017, dados preliminares.

De acordo com os dados do Censo Agro 2017, o número de estabelecimentos com menos de 50 ha é maior com relação aos demais, esses correspondem ao total de 70%. Porém esses estabelecimentos ainda continuam a ocupar uma área de extensão de terras em um espaço menor. O que representa que a concentração da estrutura fundiária do Brasil só continua a crescer.

Buainain (2008, p. 19) destaca outro fator negativo que ocorre com a concentração fundiária, é a expulsão dos produtores para os centros urbanos ou êxodo rural-urbano, que ocorre por a produção ser afetada e destaca que os minifúndios são denominados de "lugares de moradia" ao invés de unidades de produção. Esse fato corresponde ao número de trabalhadores que exploram a área em volta de sua residência, com o objetivo associar o lugar de morada com o de produção alimentícia e econômica.

<sup>5</sup> O Censo Agro 2017 foi divulgado no segundo semestre do ano de 2018 com resultados preliminares, portanto pode sofrer alterações em seus números. O novo censo agropecuário ainda não dispõe de informações mais precisas sobre agricultura familiar.

A verdade é que, desde o descobrimento do Brasil até o último quartel do século XX, a situação dos pequenos agricultores e dos trabalhadores sem-terra não mudou muito. Nunca houve uma política de favorecimento da pequena propriedade, em momento algum da história brasileira. Ela sempre se desenvolveu à margem da grande propriedade, como seu apêndice (TORRES; SILVA, 2016, p. 21).

Torres e Silva (2016) também argumenta que a mesma sofre a muito tempo com a exploração dos grandes proprietários, que além de possuírem terras improdutivas, exigiam dos moradores uma troca de favores, colocando a sua disposição a sua força de trabalho e que ficavam a mercê da boa vontade deles. Os autores relatam que a origem dessas pequenas propriedades ocorreu por conta que:

Muitos proprietários permitiam a presença dessas pequenas explorações nos limites de suas terras, para que pudessem produzir gêneros para a sua subsistência e comercializar o excedente. Também eram úteis como fonte de mão de obra livre para trabalhar na lavoura de cana, quando necessário (TORRES; SILVA, 2016, p. 18).

Como observa-se, existe também o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCTRF) que protege juridicamente a posse do imóvel dos agricultores familiares. Estes programas, quando executados plenamente, criam uma nova condição social e econômica para os agricultores familiares, mas como ficou claro, assistem basicamente os Projetos de Assentamentos e as comunidades, deixando de fora muitas áreas rurais em que atuam os pequenos proprietários de terra, no caso os camponeses, que estão de fora desses programas governamentais (MELO, 2015).

Nos pontos apresentados a agricultura familiar encontrasse atualmente em patamares diferentes de anos atrás. As políticas públicas de incentivo a sua estruturação e a motivação dos agricultores familiares em busca de melhor qualidade de vida, de certo modo mudou de *status* a sua reorganização no espaço geográfico. Se antes era considerada apenas uma cultura para sobrevivência incapaz de produzir o insuficiente para autoconsumo familiar, nos dias atuais a agricultura familiar não só atende a esse requisito como outros que também foram citados ao longo do texto.

### 3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DA PARAÍBA

Para o Censo Agropecuário de 2006 o número de estabelecimentos da agricultura familiar no Nordeste corresponde ao total de 2 187 295 com uma área de 28 332 599 ha, enquanto que a não familiar (como é denominada pelo Censo Agropecuário) corresponde em estabelecimento e área respectivamente a totalidade de 266 711 e 47 261 842 (IBGE/Censo Agropecuário da Agricultura Familiar 2006).

Na Paraíba são 148 077 estabelecimentos fundiários da agricultura familiar englobados numa área de 1 596 273 ha, enquanto que a agricultura não familiar corresponde 19 195 estabelecimentos fundiários em uma área equivalente a 2 186 605 ha. Os dados do Nordeste e da Paraíba estão na mesma perspectiva, o número de estabelecimentos na agricultura familiar, é alto e estão enquadrados em uma porção de terra menor, ao contrário da agricultura não familiar, o número de estabelecimentos é baixo, mas os mesmos estão inseridos em uma faixa territorial muito mais ampla (IBGE/Censo Agropecuário da Agricultura Familiar 2006).

Na verdade, esses números da Paraíba, mostram a realidade que permeia no Nordeste há muito tempo. A concentração fundiária na região nordestina segue o mesmo modelo que ocorre no Brasil, a alta concentração de terras nas mãos de uma minoria. Andrade (2005) relata que esse foi um dos principais fatores que contribuíram para a migração na região e que ajudaram a agravar os problemas socioeconômicos, como a "expulsão" de um grande percentual de trabalhadores rurais que tiveram como destinos o Sul (norte do Paraná), Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), Meio Norte (Maranhão) e para o centro do país em especial a capital Brasília:

A estrutura fundiária dominante desde a colonização e que tende de forma sensível para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos "meeiros" no Agreste e no Sertão e aos lavradores e foreiros na Zona da Mata (ANDRADE, 2005, p. 62-63).

Moreira e Targino (1997) argumenta que no estado da Paraíba também foi permeado esse mesmo modelo de concentração fundiária, seguindo os moldes originado na produção do espaço colonial, logo o território paraibano passou por um longo processo de transformação atendendo aos interesses dos patronos da elite paraibana. Moreira e Targino (1997, p. 177) conjuga que a produção foi "subordinada aos interesses do capital mercantil, teve como suporte a concessão de grandes

sesmarias para a exploração da cana-de-açúcar no Litoral e da pecuária (e posteriormente do algodão) no interior”.

Moreira e Targino (1997) afirmam que a consolidação inicial do espaço agrário do agreste paraibano foi estabelecida a partir da agricultura de subsistência acompanhada da pecuária. É destacado que nessa região a produção é cultivada nos espaços que não são aproveitados pela atividade monocultora e além disso é enfatizado pelos autores que esse espaço apresenta os mais baixos índices de concentração fundiária do estado, sendo dessa forma havendo “brechas ” que são bastantes utilizadas pela produção familiar, enaltecendo a importância da pequena produção nessa região nos aspectos socioeconômicos do estado paraibano. Mariano Neto (2006, p. 113) enfatiza que nessa região:

Existem fortes laços de pertencimento ao lugar, identidades fortemente arraigadas na tradição familiar e na valorização da origem das famílias. No Agreste, também existem práticas tradicionais de convivência com a seca, conhecimento sociotécnico passado de pai para filho e que já estava sendo apreendido por outras entidades mediadoras e centros de pesquisa, como a UFPB, em Areia, e UFCG de Campina Grande.

Andrade (2005) designa o termo “lavoura de pobre”, fazendo referencial as culturas de subsistência no Nordeste. O autor ressalta que esse núcleo há anos atrás perdeu muito espaço na região para as lavouras da cana-de-açúcar, café e cacau, fatores que dominavam na área desde a colonização. Para Andrade (2005, p. 65) este tiveram “crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistências de estações experimentais, comercialização organizada etc.”. Enquanto que as lavouras de pobre, não tiveram tantas regalias assim, estas por sua vez sofreram com as oscilações de preço entre a safra e a entressafra e também com ganância dos intermediários, conforme ressalta o autor.

Andrade (2005) destaca que o Agreste nordestino é uma região de transição entre a mata e o sertão apresentando variações mesológicas bem acentuadas, sendo o local bastante usado para a diversificação agrícola dos pequenos agricultores. O autor destaca também que essa região apresenta vários usos no tipo da terra que reflete nas relações de trabalho do campo. O autor ainda enfatiza a importância que essa região sempre teve com relação as pequenas propriedades, eram muitos pequenos estabelecimentos agropecuários que possuíam uma área com menos de

20 ha, sendo dessa forma uma área que sempre esteve voltada para a produção de alimentos.

Piraux e Miranda (2010, p. 53) destacam que no Agreste paraibano “a produção de alimentos tem como base a agricultura familiar diversificada e inserida no mercado. Historicamente, essa região teve também uma importância na estruturação dos ciclos das atividades agrícolas que ocorreram na região”. Os autores enfatizam que o surgimento da agricultura familiar no Agreste paraibano foi dado as condições históricas da região, devido ao fato de estratégias do Estado e de atores sociais locais.

Os autores supracitados enfatizam que no início da década de 1990, com a suspensão de subsídios para a pecuária de corte e crise em usinas canavieiras da região, a agricultura familiar começou a se fortalecer, através dos sindicatos e associações com a criação de movimentos de intermédio entre os agricultores e o poder público.

O Agreste paraibano caracteriza-se pela presença forte da agricultura familiar, marcada por uma diversidade de condições ecológicas, sociais e geográficas que possibilitaram a diversificação de sistemas produtivos agropecuários. A trajetória da agricultura familiar agrestina é caracterizada por momentos de retração e expansão, relacionados ao predomínio de monoculturas que está ligada à vontade dos donos de terra em permitir a instalação dos pequenos agricultores. Este processo de emergência da agricultura familiar no Agreste está, de fato, relacionado às brechas deixadas pelas grandes plantações, plantações, que permitiam, ao mesmo tempo, momentos de descampesinização e recampesinização, de acordo com a longevidade dos mesmos (PIRAUX; MIRANDA, 2010, p. 65).

Para Wanderley (1998, apud PIRAUX; MIRANDA, 2010) esclarece que de acordo com a intervenção do Estado surgem três termos advindos da agricultura familiar: a campesinização como sendo o processo de ocupação de terras por camponeses, a descampesinização é o processo de expulsão de camponeses de suas terras e recampesinização, processo de retomada da pequena produção, mediante a implementação de políticas públicas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar.

De acordo com os dados do Censo Agro 2017, pode-se constatar que alguns municípios da região Agreste se destacam quando o assunto é o cultivo de alimentos próprios da agricultura familiar, estes aparecem mais precisamente na lavoura temporária. Para o IBGE (2013) culturas temporárias são plantações de curta ou

média duração, geralmente estas têm um ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessita de novo plantio. Além da produção alimentos, surge a cana-de-açúcar, que mais se destacam na microrregião do Brejo paraibano (Tabela 01):

Tabela 01 - Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida por lavoura temporária no estado da Paraíba

Produtos da lavoura temporária	Número estabelecimentos (unidades)	de Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)
Cana-de-açúcar	2.568	5.343.647	113.870
Fava em grão	33.303	3.008	18.283
Feijão de cor em grão	16.312	3.005	14.092
Feijão fradinho em grão	75.150	11.566	66.014
Feijão preto em grão	7.655	888	5.180
Feijão verde	24.071	10.291	14.072
Jerimum	14.961	3.699	6.398
Mandioca	26.664	78.297	15.358
Melancia	4.705	3.709	3.090
Milho em grão	83.050	46.542	88.645

Fonte: Arquivo da autora a partir do IBGE/Censo Agro 2017, dados preliminares.

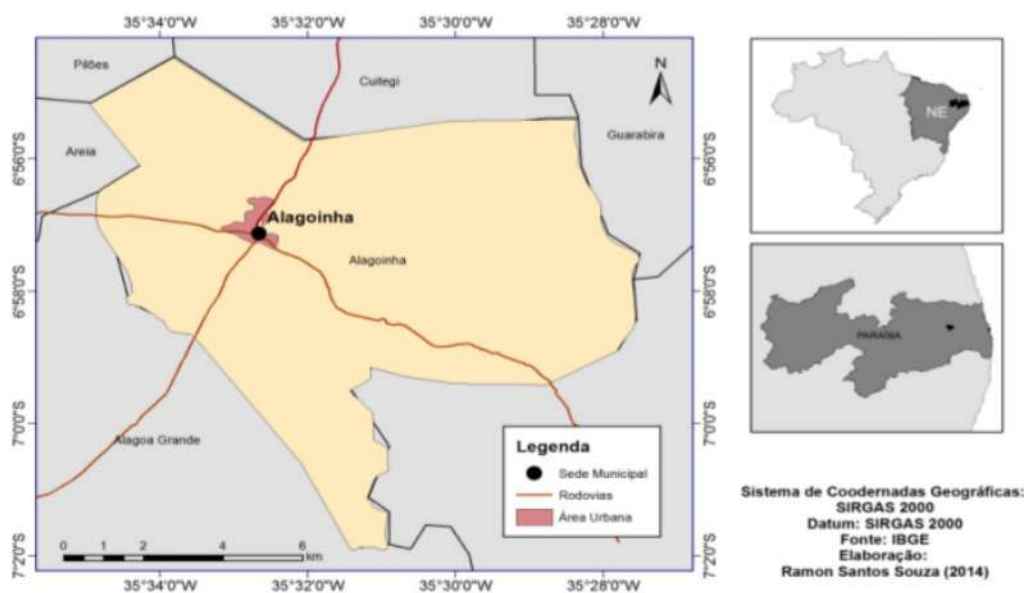
Analisando a tabela 01, verifica-se que se a produção do alimento for em maior quantidade, como o feijão, mandioca e milho estão distribuídos em mais estabelecimentos, maior produção e área. Na região Agrestina, por exemplo na produção do feijão-fradinho (*Vigna unguiculata*) e feijão preto (*Phaseolus vulgaris L.*), se destaca o município de Queimadas e no feijão-de-cor (*Vigna unguiculata*), Esperança e Cacimba de Dentro. Já no cultivo da mandioca (macaxeira, aipim), aparecem os municípios de Araçagi e Mari e no milho Queimadas, Alagoa Grande, Gurinhém e Campina Grande apontam como os maiores produtores desse cultivo no estado (IBGE/Censo Agro 2017, dados preliminares).

Também podemos destacar a supremacia da cana-de-açúcar, que aponta como a cultura que mais produz e está em porção de terras bem ampla no estado, municípios localizados na mesorregião do Agreste, mais especificamente na área do Brejo paraibano, como Alagoa Grande e Areia tem um alto número de estabelecimentos de engenhos no estado, estes engenhos estão voltados principalmente para a produção de cachaça (IBGE/Censo Agro 2017, dados preliminares). Esse retorno da cana-de-açúcar se deu pelo aumento da produção da cachaça, e principalmente pelo crescente uso dos automóveis movidos a etanol (CONDOR FILHO, 2014). Esses dois fatores só diminuem cada vez mais a disponibilidade de terras para plantar alimentos.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB

Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM<sup>6</sup>, 2005), o município de Alagoinha está localizado na Microrregião de Guarabira/PB que está inserida na Mesorregião do Agreste Paraibano, e este município tem uma área de 85 km<sup>2</sup>. Com a nova divisão geográfica do IBGE (2017), substituindo a antiga regionalização do IBGE de 1989, este insere o município de Alagoinha na Região Geográfica Imediata de Guarabira que compõe a Região Geográfica Intermediária de João Pessoa (Figura 01):

Figura 01 – Localização Geográfica da Cidade de Alagoinha/PB



Fonte: Organizado SOUZA, Ramon Santos (2014). Extraído de Silva (2014).

No último censo do IBGE no ano de 2010 a sua população era de 13.576 pessoas com uma densidade demográfica 139,99 hab/km<sup>2</sup> (IBGE Cidades). O acesso é feito a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230, PB 079 e PB 075 Margarida Maria Alves.

<sup>6</sup> A CPRM – Serviço Geológico do Brasil tem o objetivo de gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

A sua localização está entre os paralelos de 6°53'47" e 6°58'37" de latitude Sul e entre os meridianos de 35°28'06" e 35°32'39" de longitude oeste. Os limites territoriais estão ao Norte com Cuitegi, ao Sul com Alagoa Grande e Mulungu, ao Leste com Mulungu e Guarabira e a Oeste com Pilões, Areia e Alagoa Grande (MEIRELES, 2013).

O município de Alagoinha/PB está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude que variam a 600 metros. A geologia é composta por unidades litoestratigráficas datadas do Mesoproterozóico: Suíte Granítica-migmatítica Peraluminosa Recanto/Riacho do Forno: ortognaisse e migmatito granodiorítico e Complexo São Caetano: gnaisse, metagrauvaca, metavulcânica félsica a intermediária, metavulcanoclástica (CPRM, 2005).

A geomorfologia do município de Alagoinha é geralmente movimentada, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro (CPRM, 2005).

A CPRM (2005) destaca que o referido município se encontra inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Mamanguape. Seus principais tributários são os riachos: Mumbuca e Poções. O principal corpo de acumulação é a barragem do Tauá. Os principais cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.

A pedologia do município de Alagoinha, de acordo com a CPRM (2005), varia entre os solos planossolos, os podzólicos e os litólicos. Nas superfícies suaves onduladas a onduladas e nos vales de rios e riachos, ocorrem os planossolos. Os podzólicos são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas elevações ocorrem os solos litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos rios e riachos, ocorrem os planossolos, medianamente profundos. Ocorrem ainda afloramentos de rochas.

A vegetação desta unidade é formada por florestas subcaducifólica e caducifólia, próprias das áreas agrestes e caatinga. Na região da área do estudo há mais na paisagem uma predominância de vegetação subcaducifólica, do que a vegetação da caatinga (CPRM, 2005).



Nos aspectos históricos do município de Alagoinha, Andrade Filho (2004) ressalta que o município foi emancipado no ano de 1953. Este era pertencente ao município de Guarabira, mas antes de ser elevado a categoria de município, sofreu várias transformações antes da sua emancipação, foi um povoado no final do século XIX e distrito em 1921, o qual foi denominado de Distrito da Paz de Alagoinha e em 1938 foi elevado a vila.

Andrade Filho (2004) destaca que há duas versões para a origem de seus primeiros habitantes que por consequência afligiu o surgimento do município de Alagoinha: a primeira condiz que a povoação servia como lugar de passagem de feirantes que iam em direção a feira do município de Mamanguape e estes tinham como ponto de parada obrigatória casa de duas mulheres que residiam as margens de uma pequena lagoa.

Já a segunda questão levantada sobre a sua origem é relatada pelo historiador Coriolano de Medeiros, que ressalta que o povoado foi fundado em 1870:

Para Coriolano de Medeiros, o povoado de Alagoinha foi fundado em 1870 por Luiz Honorato que foi também seu primeiro habitante. Luiz Honorato construiu, nas mesmas imediações descritas na primeira versão, uma residência e um estabelecimento comercial com o intuito de comercializar justamente porque naquele local, que era também às margens da pequena lagoa, era ponto de passagem de tropeiros e viajantes que podiam parar no seu estabelecimento para descansar e se alimentar (MEDEIROS, 1950, apud ANDRADE FILHO, 2004, p. 51).

Quando refere-se as questões que envolvem a luta pela terra no município, Moreira (1997) destaca que em Alagoinha durante a década de 1980, ocorreram vários conflitos contra a concentração fundiária, ocorrendo confrontos entre os donos de propriedade e os trabalhadores rurais, aonde estes sofreram várias represálias como a desocupação dos terrenos, destruições de suas plantações agrícolas e até ameaças de morte por parte dos proprietários, partindo de capangas contratados para vigiar as suas propriedades.

Moreira (1997) enfatiza que esses agricultores plantavam culturas para o consumo familiar em terras que eram arrendadas e alguns residiam no local, mas os proprietários usando sua força, reivindicaram suas terras para outras atividades, a exemplo da pecuária. Com ajuda do INCRA e de representantes da CPT do município de Guarabira/PB, os trabalhadores entraram com reivindicação para uso da propriedade da terra. Na obra cita que apenas duas áreas dos setes conflitos viraram assentamentos, até o momento da conclusão da mesma.

No município de Alagoinha, a agricultura familiar recebe apoio dos órgãos públicos, como destaque podemos citar a Prefeitura Municipal de Alagoinha. Sendo que esta dispõe de máquinas para cortar a terra desses agricultores familiares antes do início da plantação e juntamente com o PAA distribuem alimentos para a população mais carente. Uma parte desses produtos são adquiridos de agricultores familiares do próprio município (Figuras 02 e 03):

Figura 02 - Distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, abril de 2018.

Figura 03 - Colheita do algodão no Assentamento Cajá, município de Alagoinha/PB



Fonte: Blog do Cristiano Alves.

Mais recentemente alguns agricultores familiares que vivem no assentamento Cajá, plantaram algodão (*Gossypium hirsutum* L.) em seus terrenos, há anos que esse tipo de cultivo não era produzido no município. No mês de setembro do ano de 2018 foi realizada pela Prefeitura Municipal de Alagoinha a Feira do Agricultor, impulsionando e valorizando ainda mais a agricultura familiar no município. A produção é considerada uma grande produtora de alimentos e geradora de empregos no município. O comércio local é abastecido pelos produtos da agricultura familiar, como exemplo destaca-se a feira municipal da cidade onde os produtos são produzidos e comercializados pelos pequenos produtores familiares.

De acordo com dados do Censo Agro 2017 disponível no IBGE cidades, o município de Alagoinha/PB possui uma área de 7.471,043 ha e 915 estabelecimentos agropecuários. Na lavoura permanente destacam-se a banana (*Musa paradisiaca*) e o urucum (*Bixa orellana* L.) tem uma área de 339,408 ha, enquanto que lavoura temporária engloba uma área maior, abrangendo 819,864 ha. São nesse tipo de lavoura que são produzidos os alimentos mais produzidos e consumidos na agricultura familiar (Tabela 02):

Tabela 02 - Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área colhida por lavoura temporária no município de Alagoinha/PB.

Produtos da lavoura temporária	Número de estabelecimentos (unidades)	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)
Abóbora, moranga ou jerimum	130	30,525	41,422
Amendoim	2		
Cana-de-açúcar	62	5,684,150	119,360
Cana-de-açúcar forrageira	38	695,540	20,350
Fava em grão	513	42,970	119,512
Feijão fradinho em grão	330	22,430	82,873
Feijão preto em grão	1		
Feijão verde	509	86,787	121,545
Mandioca (aipim, macaxeira)	530	461,693	125,020
Melancia	1		
Milho em grão	466	110,045	187,599
Milho forrageiro	2		
Sorgo forrageiro	1		
Palma forrageira	38	519,075	11,924

Fonte: Arquivo da autora a partir do Censo Agro 2017, dados preliminares, disponível no IBGE Cidades.

A tabela 02 apresenta a produção da lavoura temporária destaca-se entre os produtos, aqueles que são produzidos pela agricultura familiar. Por número de estabelecimentos e quantidade produzida, destacam-se a mandioca, a fava, o milho em grão, o jerimum (*Cucurbita maxima*) e o feijão verde que segundo o IBGE, o município está em 9º lugar no número de estabelecimentos no estado da Paraíba.

Produtos como o amendoim (*Arachis hypogaea L.*) o feijão preto, e a melancia (*Citrullus lanatus*), são cultivados em pequenas áreas e tendem a produzir em número reduzido. Estes produtos são produzidos com a finalidade de consumo interno e mais por experiência própria por parte dos agricultores familiares em cultivar novas culturas para ampliar a diversificação. Produtos como o milho forrageiro, a palma forrageira (*Opuntia cochenillifera*) e o sorgo forrageiro (*Sorghum bicolor L.*), são produzidos com o propósito de alimentar o rebanho bovino, quando sua alimentação é afetada no período da estiagem.

A cana-de-açúcar aponta como a produção temporária que mais produz no município de Alagoinha. A produção canavieira está englobada em uma área ampla e uma produtividade altíssima se comparada a produtos cultivados pelos agricultores familiares. Os estabelecimentos estão distribuídos na sua zona rural, através de propriedades específicas que produzem essa produção, no caso os engenhos.

Em algumas pequenas propriedades, a monocultura também é vista, dividindo ou substituindo espaços que antes eram destinados ao plantio de alimentos. Os agricultores familiares estão optando em vez de cultivar policulturas, plantar a cana-de-açúcar. Esse fato ocorre devido a revalorização que a produção da cachaça, está ganhando ultimamente nessa região. Os engenhos locais nos últimos anos, estão se modernizando e aumentando cada vez mais a sua produtividade.

Na década de 1970, o município de Alagoinha foi considerado uma das áreas do Brejo paraibano que mais destacavam em produção de cana-de-açúcar do estado (MOREIRA; TARGINO, 1997). Atualmente como mostra a tabela 02, ainda existe muita produção de cana. Isso significa que existem menos área para a produção de comida. Essa é uma preocupação constante do agricultor familiar, que se destina exclusivamente em produzir seus alimentos, para consumo próprio e comercializar o excedente. Ele ver o seu pequeno espaço sendo oprimido pela produção da canavieira.

A produção de alimentos de base familiar é afetada por essas propriedades de médio porte que se destinam a produzir a cana-de-açúcar e a criar de gado em seus terrenos, e no final sempre acabam “engolindo” as pequenas propriedades. Afetando sempre ao produtor familiar, que acabam na maioria das vezes sendo expulsos das suas próprias terras, pela opressão que a monopolização que esses donos de engenho exercem sobre essas pequenas propriedades.

O município de Alagoinha é uma cidade do Agreste paraibano em que a agricultura familiar é bastante valorizada, considerando que a população rural dessa região vive basicamente dessa produção. São nessas pequenas propriedades que se realizam a busca por melhores condições de vida, de trabalho e de sustento familiar. É onde o agricultor familiar se realiza através da sua produção, e é nessa perspectiva que a pesquisa sobre a agricultura familiar na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, foi realizada com o propósito de identificar as principais potencialidades e deficiências locais, que ocorre em torno da prática agrícola de base familiar.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

De acordo com Venâncio e Pessôa (2008, p.152) “os grupos de pessoas que vivem nas áreas rurais brasileiras estão territorializadas através dos laços de confiança e de solidariedade com seus vizinhos”. De acordo com os autores essa configuração se organiza geralmente em comunidades que está ligada com as relações territoriais, pessoais e afetivas que os moradores criam entre si, estabelecendo laços de parentesco.

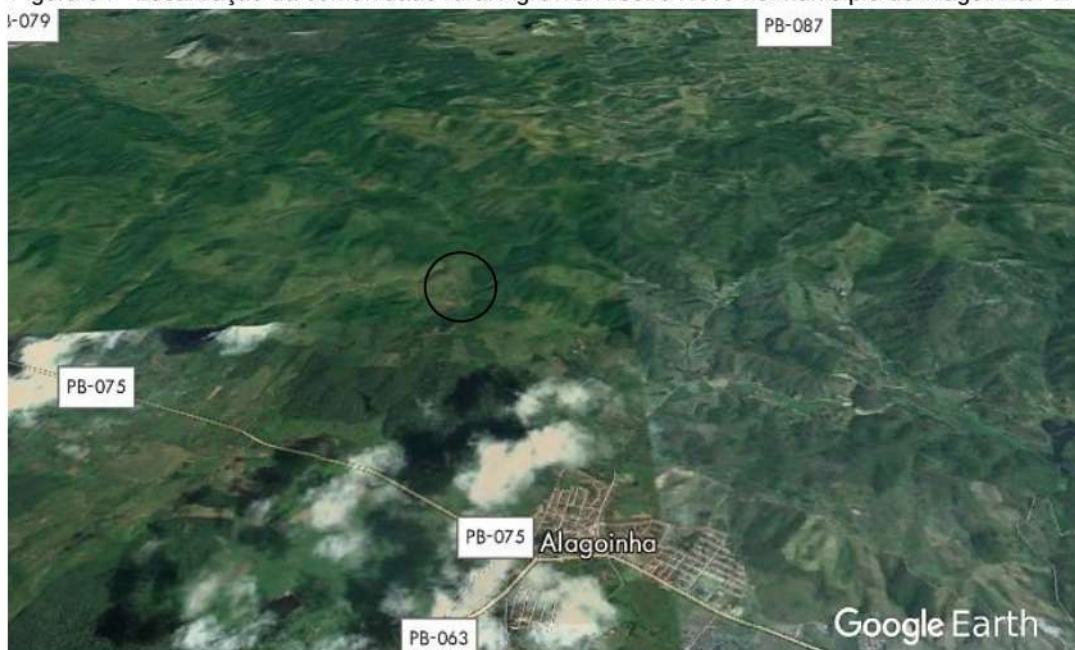
Diante do exposto supracitado, neste capítulo o trabalho terá como enfoque principal a ser discutido a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, serão apresentados os resultados e discussões acerca da agricultura familiar na comunidade e as relações que essa produção proporcionou para o seu desenvolvimento e transformação enquanto espaço geográfico.

### **5.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO**

A comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo está situada na parte sudoeste do município de Alagoinha/PB. A sua delimitação territorial de acordo com a Escritura Pública de compra e venda do imóvel (Anexo A) delimita-se ao norte com a estrada de acesso à cidade de Alagoinha, ao sul com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) hoje essa área corresponde a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA-PB), ao leste com terreno que na época da compra, pertencia a Luiz Lucena Beltrão, hoje essas terras pertencem ao Engenho Ribeiro Novo e ao oeste com o Engenho Balancinho, situado no município de Alagoa Grande.

A comunidade limita-se com o município de Alagoa Grande ao oeste. E se encontra em uma área de encosta do Planalto da Borborema, nas encostas orientais, ficando na zona do Brejo paraibano e a Depressão Sublitorânea da Paraíba (Figuras 04 e 05):

Figura 04 - Localização da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo no município de Alagoinha/PB



Fonte: Google Earth, coordenadas geográficas, 6°58'08"S 35°30'23"W 3,91 Km.

Figura 05 - Delimitação atual da área da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo no município de Alagoinha/PB



Fonte: Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), coordenadas geográficas latitude: 06°57'33,56" S, longitude: 35°33'57,44" O.

A figura 04 destaca a área urbana de Alagoinha da comunidade. Essa posição geográfica coloca a agrovila em uma área acima do perímetro urbano de Alagoinha, mas mesmo estando a cinco quilômetros da sede, todas as atividades de saúde, educação em nível fundamental II e médio, além das diferentes atividades comerciais e serviços públicos, ocorrem na área urbana.

Já a figura 05 destaca a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, a medição da área do imóvel foi refeita por uma nova medida pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>7</sup>, onde foram registrados atualmente o total de 70,01 ha. Esse registro foi realizado no mês de fevereiro de 2018, de acordo com dados do estudo do uso do solo, o imóvel está distribuído em 32,81% em áreas remanescentes de vegetação nativa; 37,20 estão com uso consolidado do solo, e desse total de ha 3,25 são destinadas para vegetação permanente. Entretanto essa área não corresponde com a delimitação antiga da Escritura Pública de compra e venda do imóvel que corresponde a 88,7 ha, pelo fato de alguns proprietários de lotes não se prontificarem para realizar o pagamento ao técnico responsável pela medição dos terrenos que serviu como base para o registro do CAR.

De acordo com o inventário do imóvel (Anexo B) o terreno onde hoje encontrasse a comunidade pertencia até na década de 1930 a Lourenço Albuquerque Melo, parente dos fundadores do Engenho Balancinho, na ocasião a propriedade de 88,70 ha foi efetuada sua venda a José Barbosa de Lucena, fundador do Engenho Ribeiro Novo. Com o falecimento do proprietário na década de 1970, o imóvel fora deixado para herdeiros. No ano de 1982 foi adquirido por José Cavalcante dos Santos. E em 1983 a área foi adquirida pelo programa PROCANOR, para a criação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo.

Para esclarecer sobre o histórico da criação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo pelo programa PROCANOR, realizamos uma entrevista aprofundada com Paulo Luiz dos Santos (Apêndice A), de 64 anos de idade, extensionista da EMATER do município de Alagoa Grande/PB. O mesmo trabalha há 43 anos na empresa estadual e é atual secretário de agricultura do referido município. O

---

<sup>7</sup> De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o CAR foi criado pela Lei 12.651/12, e este configura-se como um " registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais".

entrevistado foi o responsável por toda a ornamentação que se realizou para a instalação das famílias na época e pode explicar melhor como se concretizou tal feito.

Ele informou que os documentos oficiais de elaboração do projeto não existem mais, os quais deram sustentação para criação da comunidade. Mas de acordo com o documento oficial da Escritura Pública da compra e venda do imóvel rural da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, esta foi adquirida pela Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo e o Banco do Nordeste, no valor de Cr\$ 9.450,000,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta cruzeiros), correspondendo a área de 88,7 ha.

Ainda de acordo com o referido documento a propriedade pertencia na época da venda a José Cavalcante dos Santos. Segundo o entrevistado, o vendedor do imóvel trabalhava com ele na EMATER, então ele conta que fez a proposta dele vender esse local que não estava com nenhum tipo de uso, para o programa PROCANOR e o então vendedor compraria outra terra em outro local. O antigo proprietário do imóvel José Cavalcante dos Santos, atualmente é empresário no município de Guarabira/PB, dono da Madeireira Cavalcante.

Na entrevista o extensionista da EMATER, informa que o PROCANOR, programa que deu sustentação na criação da comunidade, não existe mais "foi um programa criado em 1982, pelo governo federal. Este tinha o objetivo de atender os agricultores, os trabalhadores rurais, que desempenhava atividades como trabalhador nas áreas canavieiras". Questionado como realmente se materializou essa criação, o entrevistado argumentou que tudo surgiu dele, não teve influência política, de donos de engenhos ou de algum movimento social, foi uma forma que ele encontrou de ajudar essas pessoas que iriam ser expulsas da terra em que moravam, trabalhavam e plantavam culturas de subsistência. Paulo Luiz dos Santos argumentou o seguinte:

*-Então veja bem, em Ribeiro Novo, ocorreu um fato interessante. Na verdade, teve em outros municípios, em Alagoinha tivemos em duas áreas Ribeiro Grande e Ribeiro Novo, a minha atuação no início foi em Ribeiro Novo e Ribeiro Grande, mas depois ficou para outro extensionista, eu não tinha condições de sozinho tomar conta de tudo. Então Ribeiro Novo foi concebido como se fosse uma unidade demonstrativa, se você tem ideia nós fizemos até, nós temos aqui uma área muito pobre e que era ainda um resquício do quilombo, chamado de Vertente, onde todas essas famílias, nós tínhamos 54 famílias que moravam em 5 ha e aquela área de Ribeiro Novo de 89, 88 ha de terras estava, eu identifiquei essa área próxima à Alagoinha, e essa área tinha muita água, apesar de ser alta e era uma área também que o projeto identificava para essas áreas. E o objetivo nosso era*



*transferir essa comunidade de Alagoa Grande para Alagoinha. O proprietário era uma pessoa de Guarabira, o dono, Zé Cavalcante, que trabalhava comigo, perto de mim, aí quando eu identifiquei eu Zé tu não vendes essa propriedade pra mim não, entendeu começou tudo por aí (Entrevista com o extensionista da EMATER Paulo Luiz dos Santos, em 24 de outubro de 2018).*

Como o mesmo informou por essa ser uma área canavieira, estava no foco do programa, por ter objetivo de assentar essas famílias, elas iriam ter um lugar para trabalhar e oportunidades de emprego nos engenhos próximos do lugar de moradia. O entrevistado também explica que a princípio essa área estava destinada também para moradores de uma comunidade chamada Vertente em Alagoa Grande que residiam em um espaço de apenas 5 ha para 54 famílias, mas esses não se interessaram em prosseguir, preferiram continuar no seu lugar. Conforme Moreira (1997) a Fazenda Vertente passou no ano de 1986 pela reivindicação do uso legal das terras pelos moradores locais.

O extensionista da EMATER explicou como se deu a identificação dessas famílias. No começo foi formada apenas por famílias da Fazenda Bastiões, e logo depois os moradores que já estavam instalados, convidaram outras famílias para morar na comunidade, essas famílias residiam na Fazenda Gomes de Alagoa Grande, na cidade de Alagoinha e de engenhos próximos ao local:

*-Só que na verdade nós tivemos a oportunidade de conceder um projeto, nós criamos um programa para que esse pessoal fosse para lá. Nesse período eu trabalhava também em todo município, em Bastiões que tinha várias pequenas propriedades em uma grande propriedade, onde os agricultores familiares trabalhavam nessa área de Bastiões e infelizmente naquele período muita gente foi para fora da propriedade, eles queriam colocar pra fora, esses problemas de invasão de terra, de gado. Ai naquela época Assis, Júlio que é da família de vocês (a entrevista foi dada para mim e outra estudante universitária), e tinha mais três Expedito, Jaime, Manoel que morreu, entendeu. Esse pessoal tava sem fazer nada, ai eu disse o seguinte para eles: "eu tô comprando uma área vocês querem ir para ali", é tanto que eles não tinham aonde ficar, ai eu mandei ajeitar uma casinha lá para eles ficar, ficava a semana todinha lá, não tinha o que fazer, foram antes até de ser partido os lotes, eles ficaram lá medindo, mim ajudando, passaram um longo tempo lá, sabe (Entrevista com o extensionista da EMATER Paulo Luiz dos Santos, em 24 de outubro de 2018).*

Quando foi questionado sobre de como foram adquiridos os recursos e de como seria realizado o pagamento do terreno, Paulo Luiz dos Santos, nos informou que:

*-As verbas eram do governo federal e estadual, as casas foram recursos do INCRA, o Banco do Nordeste foi para comprar as terras, mais para financiar, eu dizia na época que eles iam pagar com uma galinha. Então com tudo isso foi criada uma associação, foi feito todo aquele negócio todo. Associação foi feita antes da compra do terreno, que era já para implantar o programa (Entrevista com o extensionista da EMATER Paulo Luiz dos Santos, em 24 de outubro de 2018).*

O PROCANOR era um programa que destinava a beneficiar moradores de zona canavieira, e ele contava com toda uma assistência de outros programas participantes que fomentava o projeto de criação de comunidades rurais, a exemplo destacamos de como se realizou a formação da comunidade em questão (Ciclo radial 01):

Ciclo radial 01 - Esquema de elaboração da formação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora elaborado de acordo com a entrevista do extensionista da EMATER, Paulo Luiz dos Santos.

A EMATER de Alagoa Grande foi a responsável pela intermediação da implantação do programa PROCANOR, que trabalhou junto a esses representantes para aquisição da terra, financiamento, colaboradores e a organização da população que iriam morar no local. De acordo com o extensionista da EMATER, a instituição estadual acompanhou a agrovila até o ano de 1994.

O Banco do Nordeste financiou o programa para a aquisição das terras. A quantia que cada beneficiário pagou pelo seu lote foi simbólico, segundo o entrevistado ele não se lembra o valor que cada família pagou por um lote de 2 ha (o programa só permitia 2 ha para cada beneficiário), mas o do Assentamento Quitéria,

ele informou se comparado a valores de hoje, foram R\$ 87,00 e esta área é maior se comparada a comunidade em questão.

A Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo, foi formada antes mesmo do programa ser instaurado, foi uma forma de organizar a população que estava para ir morar no local. Em entrevista realizada com o atual secretário da referida associação comunitária, Severino Assis da Silva Júnior, o mesmo a conceitua como “uma entidade sem fins lucrativos, que visa o bem-estar da população. O nosso objetivo principal é o desenvolvimento e a manutenção da agricultura familiar na comunidade”.

A associação realiza reuniões ordinárias e extraordinárias com a população. Elas têm como meta a atualização, manutenção e planejamento de ideias e problemas que sempre surgem, como por exemplo no período da estiagem com a falta de água que sempre gera muitas discussões. E também sempre consulta a população, no caso em um eventual novo morador na comunidade, a população é ouvida para dar a sua opinião, se autoriza ou não, a instalação de novas famílias no local.

O INCRA entrou como colaborador do PROCANOR, oferecendo recursos de ajuda a essas famílias, como subsídios para a construção das casas, eletrificação, construção da escola, casa de farinha, lavanderia comunitária e perfuração de um poço artesiano. O entrevistado também informou que contou com apoio da Prefeitura Municipal de Alagoinha, na pessoa de seu representante o prefeito na época Vicente Lucena de Beltrão.

O programa PROCANOR ainda ofereceu toda uma assistência as famílias, as orientando sobre as técnicas agrícolas e as condições de trabalho que existiam na região, a exemplo dos engenhos. O entrevistado nos informou que inseriu um programa chamado de Pesquisasão, pioneiro na região e na comunidade tinha um coordenador de assistência técnica que fora escolhido pela população que orientava os agricultores sobre as técnicas a serem utilizadas nas culturas, como por exemplo a da mandioca.

Quando o entrevistado foi questionado se ele tem alguma ligação com algum movimento social ou com o Padre Luigi Percarmona, o qual atuou também na comunidade como religioso, o mesmo nos informou que não tem ligação diretamente oficial com o religioso, participa quando pode e respeita muito os movimentos sociais, porém deixou claro a sua opinião sobre os mesmos:

*-Mas só que o Monsenhor já veio depois que tava pronto, ele veio a construir aquela igreja... já eles não gostavam da gente, eles não gostavam do funcionário público, eles não gostavam porque eles achavam que era tudo culpa do governo. Tudo era contrário sabe, e o pessoal que trabalhava lá na CPT no movimento de terra não gostava de mim porque eu era um exemplo vivo, eu tinha coragem de perguntar, o que vocês fizeram? Discurso não doutor, eu quero que vocês façam aqui, vocês criaram o foro do assentamento aqui, o que é que vocês vão fazer para esse pessoal? Discurso não, vocês querem o poder e conseguiram em 2002 com Lula. Desapareceu todo mundo quando viram que os programas não deram (inaudível) entendeu. Aí desapareceram todo mundo quando viram que os programas deram certo, entendeu aí só tinha política de assistencialismo sabe, pra pode manter o poder sabe, aquele negócio todo é resultado, acabou-se esses programas, o Lumiar, vários programas que tinham aqui desapareceu tudo e eu no meio eu ficava, apresentava a eles eu não tinha dificuldade não. Os padres sabem que vinham de fora é só pra usar, pode tá gravando que é verdade mesmo, só fazia usar, porque nunca tiveram assim, é tanto que vão embora acabou-se o PT, acabou-se tudo. Ai naquele momento ali todo mundo, por exemplo Caiana dos Crioulos que é uma área quilombola eu comecei um trabalho lá em 76, identifiquei cada pequeno produtor daquela área, quando esses pessoal assumiram deixaram a gente de fora, EMATER de fora, ninguém deixava entrar, a gente era tudo contrário, porque era funcionário público. Eu sempre fui diferente, eu sempre acreditei, sempre fui paciente para tentar resolver as coisas da agricultura e até hoje eu tô aqui, até hoje eu faço isso, eu sou uma referência, se vocês pegaram o livro de Jose Avelar hoje, o próximo que vai ser lançado, a questão do INCRA, a criação dos assentamentos como eu disse a ele não foi do jeito que ele colocou, esse pessoal não tava aqui, tava sim querendo assumir quando as áreas forem desapropriadas, mas no início eu dizia a todos eles que iriam ser beneficiados (Entrevista com o extensionista da EMATER Paulo Luiz dos Santos, em 24 de outubro de 2018).*

O entrevistado argumenta que não apoia a ideologia dos referidos citados na entrevista. Os movimentos sociais não foram os idealizadores da sua jornada na aquisição de terras para famílias carentes e como funcionário público o mesmo nos informou que exerce o seu trabalho em pró dos que mais precisam. Como aqui não estamos nos propondo em fazer uma análise do discurso (FOUCAULT, 1998). Apenas expomos as ideias do entrevistado e seus pontos de vistas. Claro que poderemos analisar mais profundamente em trabalhos posteriores.

O entrevistado Paulo Luiz dos Santos afirmou que a comunidade foi a primeira a ser criada na região pelo PROCANOR e considerou esse modelo da criação da comunidade como experiência do programa. O extensionista da EMATER também participou do projeto do Assentamento Quitéria em 1984 pelo PROCANOR. Não ficou

claro sobre o fim do programa e nem sobre as dinâmicas conflitantes, entre articuladores da EMATER e Movimentos Sociais Organizados (MST, CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e entre outros).

## 5.2 COMPOSIÇÃO POPULACIONAL E ESTRUTURAL DA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO

As entrevistas semiestruturadas ocorreram no segundo período de 2017 e primeiro período de 2018. O perfil dos 15 entrevistados são pessoas de idades variadas, entre 21 até 74 anos. Dentre as ocupações, além de agricultores familiares, temos desempregados, donas de casa, estudantes, trabalhadores alugados e aposentados. Dentre os entrevistados, escolhemos os agricultores familiares que são mais ativos na prática familiar para uma entrevista mais aprofundada, realizadas no segundo semestre do ano de 2018. Elas tiveram o objetivo de especificar mais o assunto sobre a agricultura familiar e diagnosticar como a mesma articula as relações socioeconômicas dentro da comunidade rural.

A comunidade é composta por 40 famílias com aproximadamente 120 pessoas, onde na sua maioria é constituída por familiares de parentescos próximos, identificamos que a população local é relativamente formada por pessoas com idade entre 15 e mais 60 anos. Em pesquisa feita no local, a maior família que mora na comunidade desde a sua implantação é a família Araújo, estes vieram da Fazenda Bastiões e Fazenda Gomes do município de Alagoa Grande/PB.

Os moradores mais antigos contam que ficaram sabendo do programa PROCANOR, pelo extensionista da EMATER Paulo Luiz dos Santos, que comentou para eles que tinha um local no município de Alagoinha ideal para eles morar e plantar. As primeiras famílias começaram a chegar no local em 1984, só então nesse ano conseguiram construir suas casas, um ano após a aprovação do projeto e a liberação de recursos.

Em análise das entrevistas, identificamos três tipos de condições que levaram a formação populacional da comunidade: os que vieram por vontade própria que aproveitaram o convite feito a eles por pessoas que já moravam no local, os que vieram em busca de melhores condições de vida e, os que foram obrigados a se “retirarem” da terra em que moravam e trabalhavam. Os antigos moradores contam

que cada família teve direito a um lote com 2 ha. Perguntados sobre o valor que foi pago, eles nos informaram que não lembram o valor que foi liquidado por cada terreno.

Em entrevista com a senhora Maria das Dores Moreira das Neves Silva (dona Dorinha), 68 anos agricultora e aposentada, moradora da comunidade desde 1984, vinda do Engenho Balancinho com seu marido e mais 4 filhos, ela nós informou que ela e sua família, não foram "expulsos" do local e saíram do antigo local de moradia por vontade própria. Moravam no engenho desde criança e tinham terreno para plantar perto de suas casas, apenas queriam um terreno próprio para residir e encontrar estabilidade para a família que estava em ascensão.

Já para o seu Manoel Assis da Silva (Mané Assis), de 65 anos agricultor e aposentado, morava na Fazenda Gomes no município de Alagoa Grande e tinha que pagar "foro" ao proprietário da fazenda, segunda, terça e quarta eram pra serviços obrigatórios, os dias do restante da semana eram seu, e que por sinal eram mal pagos. Com a diminuição do foro, diante dessa circunstância o mesmo aproveitou a oportunidade e se mudou para a comunidade, juntamente com outros familiares.

O caso de Francisco José de Araújo (Assis), de 72 anos agricultor e aposentado, ocorreu o inverso do primeiro caso. Em seu depoimento ele informou que veio morar no local através do PROCANOR, pois onde ele morava dono do local, estava expulsando os moradores, "lá onde agente morava, tinha muito morador e tinha outras pessoas comprando a terra pra criar gado sabe, ai o povo teve que sair, ai Paulo da EMATER, foi quem botou a gente pra cá" (Figuras 06 e 07):

Figura 06 - Antiga casa de um morador na Fazenda Bastiões (1982) no município de Alagoa Grande/PB



Fonte: Jovita Maria de Araújo Silva (1982), reproduzida em agosto de 2018.

Figura 07 - Residências construídas pelo PROCANOR (1984) na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, outubro de 2018.

Sobre as residências, as mais antigas foram construídas pelo programa PROCANOR através do INCRA, e as mais recentes foram de responsabilidade de pessoas que estão constituindo novas famílias, essas são construídas no quintal dos familiares próximos. A figura 06 foi feita a partir de uma fotografia antiga cedida por Jovita Maria de Araújo Silva, a mesma foi retirada do seu antigo local de moradia no ano de 1982, na Fazenda Bastiões. A figura 07 corresponde as primeiras residências construída pelo PROCANOR na agrovila. As condições de moradia da população foram perceptíveis de uma região para outra, houve uma mudança na estrutura das casas. A maioria das construções dos moradores eram de taipas, sendo substituídas por casas de alvenaria.

Sobre a estrutura física da comunidade para uso coletivo, conta com uma escola de ensino fundamental I, uma lavanderia comunitária, e no seu espaço central tem um canal, que é uma espécie de vala para esgotos a céu aberto, construído em 1993 pela Prefeitura Municipal de Alagoinha, uma casa de farinha comunitária e uma casa para o armazenamento de açafraão (*Bixa orellana*), ambas estão desativadas e uma igreja católica (Figura 08):

Figura 08 - Lavanderia pública e Escola de Ensino Fundamental José Cabral de Albuquerque na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, novembro de 2018.

A escola da comunidade foi construída com recursos fornecidos pelo INCRA no ano de 1986, logo após a sua construção o prédio foi entregue para a Prefeitura Municipal de Alagoinha. Segundo Silva (2014) foram cedidos trabalhadores do Engenho Balancinho como mão de obra, motivo esse que fez a escola receber o nome de Escola de Ensino Fundamental José Cabral de Albuquerque, dono do engenho na época.

A unidade escolar funcionava há anos atrás, durante os três turnos. Com o número reduzido de alunos, atualmente funciona só um turno. Hoje em dia nessa escola, só estudam seis alunos que moram na comunidade e mais oitos estudantes que residem em sítios vizinhos, como do Engenho Belo Monte e sítio Araticum, ambos situados em Alagoa Grande. Vale destacar que a escola ficou fechada durante o ano de 2015, pela falta de alunos, e os poucos que ainda tinham tiveram que estudar na cidade. Após esse período fechada, a prefeitura decidiu reabri-la, por reivindicação por parte dos pais dos alunos.

Também foram de responsabilidade do PROCANOR a instalação de um poço artesiano para o abastecimento de água da população e a construção de uma lavanderia pública. Esses são utilizados por toda a população, onde a maioria os utiliza principalmente no período de estiagem quando o riacho Ribeiro que passa perto da comunidade seca (Figura 09):

Figura 09 - Local de instalação do poço artesiano e canal que recolhe os esgotos e divide a comunidade ao meio na Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, novembro de 2018.



Na comunidade cerca de 70% das residências possuem água encanada do poço artesiano. A água para o uso e consumo é distribuída desse poço artesiano, que está localizado no centro da comunidade. A água do poço além de ser salobra, segundo os técnicos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município de Alagoinha, é também contaminada de coliformes fecais, esse registro é de anos atrás<sup>8</sup>, na área de captação da água do poço existem muitos esgotos e fossas, o que contribui para essa contaminação.

Na água consumida, é aconselhável usar o hipoclorito de sódio. Estes são distribuídos pela secretaria de saúde do município por intermédio da agente de saúde da comunidade. Mas por água ser salobra, a população prefere comprar água mineral, buscar água de fontes naturais ou armazenar da chuva para beber. Muitos políticos prometeram colocar água tratada da cidade ou disponibilizar carros pipas semanalmente com água tratada, mas infelizmente ficaram só nas promessas.

Como visto pelas imagens da figura 09, as ruas são de terra, mesmo que muitos vereadores e prefeitos já fizeram muitas promessas para resolução desse problema, pois em períodos de chuvas tudo fica enlameado e dificulta o acesso, tanto a comunidade, quanto as casas dos moradores. Também é visualizado na figura 09, o canal que divide a comunidade ao meio em duas ruas, este tem a função de recolher os esgotos das casas e as águas da chuva, os depositando no riacho Ribeiro, que corre para o rio Tauá, principal rio do município de Alagoinha, que por sinal abastece a barragem do município de Cuitegí. No período da estiagem o município de Alagoinha vive um caos absurdo pela falta de água.

A casa de farinha atualmente encontrasse desativada, a última farinhada como é chamada pelos moradores a produção de farinha de mandioca, foi realizada em 2008. Em entrevistas com moradores sobre a casa de farinha não está mais em funcionamento, o principal motivo dado pelos moradores são que a prática era realizada pelos mais idosos da comunidade, que essa foi uma das primeiras culturas plantadas em seus terrenos com o objetivo de produzir a farinha, porém como alguns deles já faleceram, a prática foi meio que deixada de lado.

Mas o argumento que mais nos chamou atenção foi do agricultor Francisco José de Araújo sobre a casa de farinha. Ele informou que com o passar do tempo

---

<sup>8</sup> A fim de obter resultados mais recentes sobre a qualidade da água, visitamos o SAAE algumas vezes, mas o técnico responsável por essas informações em nenhuma das vezes, não se encontrava no local.

começou a dedicar a outras culturas que fornecessem alimentos mais rápidos e que fosse menos trabalhoso:

Todo mundo daqui tinha uma “bola” de macaxeira, de mandioca, pra comer e se vendia, todo mundo aqui fazia. A macaxeira é mais fácil né chega mais ligeiro, é só ir lá e arrancar é mais rápido mata a fome mais cedo. Já para fazer a farinha dava mais trabalho, ainda vai rapar, vai moer procurar alguém pra vender, dá mais trabalho. Agente está plantando outros produtos, como inhame, batata-doce (*Ipomoea batatas*), coisa que a gente não plantava antes (Entrevista com o agricultor familiar, Francisco José de Araújo, no dia 7 de outubro de 2018).

Na comunidade também tem uma casa que era destinada para o armazenamento de açafão, construída com recursos adquiridos pela Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo, não funciona desde ano de 2005, tanto a casa de farinha como a do açafão estão sendo utilizadas atualmente como armazém de produtos agrícolas e também como garagem de veículos automotores (Figuras 10 e 11):

Figura 10 - Casa de farinha da Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2018.

Figura 11 - Casa para armazenamento do açafão, comunidade Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2018.

O principal motivo dado pelos agricultores familiares que plantavam o açafão, sobre o fim da produção da cultura, foi pela seca que assolou a região nos últimos anos. Segundo eles foi uma cultura que dava um lucro significativo. Já casa de farinha, restou basicamente a estrutura física e os equipamentos, mas falta a matéria prima para a fabricação de farinha e outros derivados.

No ano de 1991, foi construída a capela de Nossa Senhora Aparecida na comunidade. A construção só foi possível graças ao padre Luigi Pescarmona, foi ele

quem conseguiu os recursos para a sua construção na época. Antes desse feito o padre realizava as missas na escola da comunidade e só depois os eventos religiosos foram celebrados na capela. Isso reforçou na comunidade os princípios cristãos do catolicismo, fortalecendo os laços religiosos e familiares locais (Figuras 12 e 13):

Figura 12 - Capela de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2018.

Figura 13 - Casamento celebrado pelo padre Luigi Pescarmona na capela da comunidade, no ano de 1991



Fonte: Maria das Dores Moreira das Neves Silva (1991), reproduzida em agosto de 2018.

A figura 13 corresponde a um casamento realizado pelo padre Luiz Percarmona, no ano 1991, a fotografia foi cedida por Maria das Dores Moreira das Neves Silva. Essa imagem é a do primeiro casamento realizado na capela Nossa Senhora Aparecida. Antes da construção da capela, os casamentos eram realizados na cidade de Alagoinha ou de Guarabira. Na agrovila esse é o único local, que é destinado para as práticas religiosas, sendo que a maioria da população é católica.

O padre Luigi Percamona foi um importante personagem no estado da Paraíba na luta pela terra, este foi coordenador da CPT Guarabira, no qual lutou de frente com grandes proprietários de terra do estado da Paraíba, em nome dos mais necessitados pelo direito à terra (PAIVA NETO, 2012).

O padre Luigi Percamona, não atuou em Alagoinha só como religioso, mas também exerceu sua função como coordenador da CPT. Paiva Neto (2012) destaca que o conflito que ocorreu no então agora Assentamento Cajá, se iniciou graças ao padre. Ele foi o responsável por liderar um dos principais conflitos por reivindicação de terras que ocorreu no estado da Paraíba, o conflito da Fazenda Gomes que ocorreu entre os anos de 1989 a 1997, aonde muitas famílias da zona rural de Alagoinha, residentes próximas o município de Mulungu, reivindicavam a posse da terra.

### 5.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS ENGENHOS EM TORNO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO

Na região que circunda a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo encontramos a criação de gado, dividindo áreas com as plantações de cana-de-açúcar dos engenhos e as plantações da agricultura familiar, caracterizando a região com atividades agropecuárias, que vão desde a produção do cultivo da policultura à monocultura, compondo uma típica paisagem da região do Agreste do estado da Paraíba.

Essa região é exemplo de área beneficiada pelo programa PROCANOR, caracterizada como zona canavieira, já que na época da formação predominava e predomina hoje em dia quatros pequenos estabelecimentos agroindustriais na área que cerca a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, destinados principalmente para o cultivo da cana-de-açúcar e pecuária.

A comunidade é circundada por terras de dois engenhos e mais outros dois que de alguma forma ou de outra influenciou na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo. Esses influenciaram tanto na disponibilidade de terras para os roçados e também nas relações de trabalho desses agricultores. É a atividade que mais emprega trabalhadores da comunidade, a maioria são trabalhadores alugados que conseguem emprego neles no período da colheita da cana-de-açúcar, já alguns tem suas carteiras de trabalho assinadas.

O Engenho Ribeiro Novo, está localizado no município de Alagoinha, este pertencia a José Barbosa de Lucena, que de acordo com Andrade Filho (2004), o então proprietário do imóvel fundiário, foi político alagoinhense que na ocasião já exerceu a função de subprefeito de Guarabira e de prefeito com o afastamento Sabiniano Maia na década de 1950. Com o seu falecimento hoje, ele é de propriedade do seu filho João Barbosa de Lucena. O engenho possuía até ano de 2016, o total de 180 ha, no ano de 2017 foram adquiridos 2 lotes de terra cada um de 70 ha de pequenos produtores, totalizando uma área de 320 ha, (inclusive um desses lotes fazia delimitação ao leste com a comunidade). Trabalhadores do local que moram na comunidade Agrovila Ribeiro Novo, dispõe de pequenos roçados nessas terras.

O Engenho Balancinho, é de propriedade de Edivan Farias de Albuquerque Filho e Vinicius Oliveira Albuquerque. Este está localizado na zona rural do município de Alagoa Grande. A área fundiária do engenho é de 46 ha. Nele ocorrem atividades

agropecuárias e tem uma grande produção de cachaça e no período que não a está produzindo vende o bagaço a terceiros, que são destinados para granjas. No ano de 2005, foram vendidas 50 ha de terras do engenho a um empresário da capital João Pessoa. Outros herdeiros de terras desse engenho somam o total de 120 ha, no qual é praticado a pecuária, plantação de sabiás (*Mimosa caesalpinifolia*). São nessas terras do engenho, que sete agricultores familiares da agrovila possuem roçados.

Outros dois engenhos são importantes na constituição da comunidade, acerca das relações trabalhistas dos trabalhadores e moradores locais. Estes também encontrassem na zona rural de Alagoa Grande. O Engenho Belo Monte é de propriedade de Luís Antônio Martins de Albuquerque, inicialmente a propriedade tinha 202 ha. Recentemente foram vendidas 122 ha para terceiros, nas quais são destinadas para a pecuária. Em observação de campo feita no local, verificamos que no engenho moram 4 famílias e não há nenhum tipo de plantio de produção de alimentos próximos a residência, produzidos por essas famílias.

Já o Engenho São João com uma área de 90 ha. Desde o início do ano de 2018, não funciona mais na fabricação da cachaça, principal atividade desses engenhos da região. O proprietário do engenho, Edivaldo Farias de Albuquerque, utiliza o terreno para a criação do gado e está vendendo a cana-de-açúcar para o Engenho Balancinho, que na ocasião é de propriedade dos seus sobrinhos. Em entrevista com o agricultor e desempregado Cicero Moreira Diniz (Ciço Pequeno) de 46 anos, segundo ele o proprietário do estabelecimento alegou que o mesmo não estava mais dando lucro, discurso usado para a sua dispensa e de outros trabalhadores do engenho (Figuras 14, 15, 16 e 17):

Figura 14 - Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, outubro de 2018.

Figura 15 - Engenho Ribeiro Novo, Alagoinha/PB



Fonte: Arquivo da autora, outubro de 2018.

Figura 16 - Engenho Belo Monte, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, outubro de 2018.

Figura 17 - Engenho São João, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, outubro de 2018.

A Agrovila Ribeiro Novo foi construída exatamente no meio destes quatro engenhos, que mesmo sendo instalados em municípios diferentes, os três de Alagoa Grande pertencem a família Albuquerque, enquanto que o de Alagoinha pertence ao empresário João Barbosa de Lucena, proprietário da ABC Construtora e outros empreendimentos na capital João Pessoa.

Como observamos esses engenhos, estão muito presentes nessa região, até por já se tratar do Brejo Paraibano, o clima e o solo são favoráveis para o plantio. O que acabou influenciando de alguma forma alguns agricultores familiares a cultivarem a cana-de-açúcar em seus terrenos, essa é mais uma fonte de aquisição de renda. Até certo ponto, as famílias mantêm em suas terras a reprodução do sistema canavieiro que durante séculos dominou essa paisagem do Brejo paraibano.

Na comunidade identificamos três agricultores familiares que plantam cana-de-açúcar nos seus terrenos. O agricultor Luciano de Araujo, 39 anos, desempregado da construção civil, planta a monocultura em seu terreno para a alimentação de suínos que o mesmo cria, já para o agricultor e tratorista Severino Assis da Silva (Pinino) de 53 anos, ele conta que nesse último ano optou pela plantação da cana-de-açúcar em vez do roçado, alegando falta de tempo, já que o roçado consome mais tempo, ele também informou que a cana plantada será vendida a um fazendeiro do município de Mulungu, para alimentar os bovinos no período da estiagem, que sempre ocorrem na região entre os meses de agosto a fevereiro.

Já para o agricultor familiar Cicero Moreira Diniz, para ele é uma excelente oportunidade de plantar a cana-de-açúcar, o mesmo vende a monocultura para o Engenho Ribeiro Novo. O investimento é usado para ampliar a próxima produção tanto da cana-de-açúcar e do roçado que é cultivado em terras no Engenho Balancinho. Na

agrovila, os agricultores familiares estão ganhando para outros vieses de produção agrícola, além da alimentar, já que estão produzindo em seus lotes a cana-de-açúcar.

Oliveira (2007, p. 149) ressalta que:

Para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “**agronegocinho**” (grifo do autor).

Essa prática da monocultura da cana-de-açúcar, é configurado como uma intenção de ampliar a renda econômica. Essa é uma influência do agronegócio que muitos agricultores familiares estão vivenciando. Eles têm a percepção de que ampliação da renda familiar, só é efetivada através dessas novas iniciativas de cultivo que estão produzindo. E que esse aumento não se concretiza, através da produção da policultura, que estavam acostumados em produzir.

#### 5.4 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO

Em análise realizada na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, podemos observar através das entrevistas e pela minha própria convivência nesta localidade, de que alimentação e parte da renda da população são advindos principalmente da agricultura familiar. Essa é uma produção de alimentos muito diversificada de tudo os agricultores familiares plantam um pouco.

Na agrovila os agricultores familiares trabalham principalmente em cima do excedente da produção, produzindo alimentos como a fava, milho e o inhame para o comércio. O objetivo atual dos agricultores é produzir para ampliar a renda e alimentar a família, mas também há aqueles produtores familiares camponeses, que são em menor número que produzem alimentos, como base principal de alimentação da sua família.

Dos 15 entrevistados na comunidade, três encontra-se desempregados, estes trabalhavam na construção civil e em engenhos. Notamos que há uma maioria de aposentados que encontram na terra o seu refúgio, mesmo depois de terem a garantia de renda assegurada. Também foi notada nas entrevistas que os parentes dos

agricultores locais que estão desempregados, que moram principalmente na cidade de Alagoinha, ajudam bastante na produção agrícola de seus familiares.

Segundo os agricultores essa é uma região que tem uma terra muito boa para plantar apesar de ser um pouco alta. De acordo com CPRM (2005) a área apresenta os planossolos em sua pedologia, estes configuram-se com textura média/argilosa, fertilidade natural alta e problemas de sais, sendo que este último reflete diretamente na salubridade da água consumida na localidade.

A prática da produção familiar se realiza através do cultivo de pequenas hortas, a criação de animais, como aves, suínos e bovinos e principalmente no cultivo dos roçados, que é base de sustentação da agricultura familiar na comunidade. No roçado são produzidos alimentos como feijão verde, milho, fava, macaxeira, inhame e entre outros produtos que são os principais alimentos produzidos pelos agricultores e que compõe a alimentação da família e que são destinados para o comércio.

De acordo com Barros (2015, p. 29) a prática do roçado é colocada "como um meio mais forte que liga o pequeno produtor à terra" sendo considerada pelo autor uma atividade que tem que ser complementada com outra ocupação, pois ela por si só não garante a sua sobrevivência. Mas, no entanto, é encontrada na agricultura um meio que garante uma parte da alimentação de toda a família, como é caso dos chefes de família que encontrasse desempregado que sempre recorrem as atividades do roçado, fato esse que ocorre na comunidade.

Para a agricultora e aposentada Severina Maria de Araújo (Bia) de 58 anos, o roçado é um elo que ela não consegue deixar de lado "hoje eu só planto para o consumo, eu não tenho lucro no roçado, o que é verdade agente diz né? A gente trabalha, porque a gente se vicia, é um vício danado, aí quando bate a chuva a gente fica doido pra ir pra o mato".

Quando se refere as terras utilizadas pelos agricultores alguns possuem terrenos, atualmente a média de hectares deles são de 2 a 4 ha, alguns agricultores alegam que possuem terreno para plantar, porém como a terra não está produzindo tanto como antigamente estão plantando em espaços cedidos por donos de engenhos, que também é utilizado por quem não possui propriedade. Eles relatam que a terra está "cansada" esse fato é decorrente principalmente das queimadas. Nos roçados os agricultores não têm auxílio de nenhum tipo de maquinário para arar a terra, sendo impossível por ser uma área de relevo acidentado (Figuras 18 e 19):



Figura 18 - Coivara e preparação do terreno para a plantação, uso de terras do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, abril de 2018.

Figura 19 - Plantio dos alimentos no roçado de agricultor juntamente com seus familiares e trabalhador alugado, terras do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, maio de 2018.

Uma das práticas muito utilizadas pelos agricultores é a queimada da vegetação derrubada, na qual, ocorre o desmatamento e em seguida sempre ocorre a queima da “coivara”, mato seco do roçado, para acelerar a limpeza do mesmo para plantação como está ilustrado na figura 18, para Barros (2015 p. 29) “para os agricultores a queima da vegetação deixa a terra fértil, mas na verdade esse processo faz justamente o contrário, a queima deixa o solo infértil, pois ela queima os nutrientes e toda matéria orgânica morta que serviria como adubo para as futuras plantações”.

O mais interessante dessa prática foi observar que os agricultores familiares da agrovila, por ter uma terra pouca e por ter feito um uso intensivo, notaram que houve uma diminuição da produtividade, o que lhes obrigou a buscar outras terras, agora cedidas pelo um dos dono do Engenho Balancinho, que não estava fazendo uso da mesma. Em contrapartida, o acordo com os agricultores é que após suas colheitas, os mesmos plantarão capim para o rebanho do proprietário da terra. Ou seja, uma nova relação de trabalho e uso da terra estabelecidos em comum acordo entre o proprietário da terra do engenho e os trabalhadores.

Há também agricultores familiares que são trabalhadores fixos do Engenho Ribeiro Novo, que plantam pequenas plantações no terreno do engenho, eles se dedicam geralmente a plantação nos fins de semana. Essas pequenas plantações de roçado também ocorrem em alguns lotes da comunidade, que por sinal são poucas, visualizamos que há mais neles culturas permanentes como bananeiras, mangueiras e sabiás e outros tipos de culturas e a criação de gado nos terrenos.

De acordo com as entrevistas podemos constatar que desde a sua criação para os agricultores familiares, a cultura mais valorizada era a da mandioca, para a produção da farinha. No início dos anos 2000, eles passaram também a cultivar o açafrão, que surgiu como uma grande novidade agrícola e de renda.

Mas com o avanço do tempo e as dificuldades, os agricultores familiares decidiram complementar a produção agrícola com outras culturas. Houve na verdade uma substituição do açafrão e da mandioca. Esses deram lugar a novas culturas como a batata-doce, inhame e cana-de-açúcar que passaram a ser produzidos em um período de aproximadamente de dez anos atrás.

Além das culturas tradicionais como o milho, macaxeira e fava, alguns agricultores também plantam o jerimum que são colhidos em abundância e os que dão em menor quantidade como por exemplo como o quiabo (*Abelmoschus esculentum*), o maxixe (*Cucumis anguria L.*), a melancia, o amendoim e entre outros produtos que são essenciais na alimentação dessas famílias (Figura 20):

Figura 20 - Plantação da batata-doce e inhame, novas culturas na produção familiar dos agricultores familiares



Fonte: Arquivo da autora, maio de 2018.

Ocorreu na comunidade uma dedicação maior acerca da produção do milho, inhame e principalmente da fava nos últimos anos. Estes são os produtos em que os agricultores familiares mais investem em seus roçados, por serem colhidos em maior

quantidade, é desses produtos que que eles esperam um retorno econômico maior, através da venda do excedente:

*-Roçado não dá prejuízo não, você não sabe fazer um caroço de feijão, você tem que botar na terra né pra nascer, uma melancia, um caroço de milho, uma abóbora, um melão, tudo você tem que colher da terra. De tudo que a gente planta dá futuro, mas o que mais dá é o feijão e a fava (Entrevista com o agricultor familiar, Francisco José de Araújo, no dia 7 de outubro de 2018).*

A produção da fava é que mais rende lucro, de acordo com o agricultor Expedito José de Araújo e os outros agricultores entrevistados, ele nos informou que ano de 2017 a safra da fava foi muito boa, já a do ano de 2018 foi fraca, se comparada ao ano anterior. No entanto, para o agricultor a produção do inhame foi excelente ele nos informou que colheu esse ano mais de 800 quilos, o produto é destinado para o consumo familiar e comercializado dentro da própria comunidade.

O milho verde plantado nos roçados é utilizado para consumo interno da família principalmente na cozinha para fazer as famosas comidas de milho, como a pamonha, bolo, cuscuz e a canjica, sendo também vendido a terceiros que revendem na feira municipal da cidade de Alagoinha. O milho seco, além de ser destinado para alimentar os animais como as aves dos agricultores, também é vendido para donos de engenhos, para alimentar o rebanho bovino, e para produtores da região que criam aves (Figura 21 e 22):

Figura 21 - Plantação de um roçado, no terreno do Engenho Balancinho, Alagoa Grande/PB



Fonte: Arquivo da autora, junho de 2018.

Figura 22 – Trator alugado sendo utilizado como debulhador de milho na Agrovila Ribeiro Novo



Fonte: Arquivo da autora, novembro de 2018.

O destino da produção é utilizado principalmente para a alimentação da família e o excedente é destinado para a venda. Os entrevistados afirmaram que

compensa plantar o roçado, para eles essa é uma fonte segura de alimentação para a família, que mesmo com muito trabalho e dificuldades vale a pena, como bem ilustra o agricultor Nelson Félix dos Santos de 38 anos, desempregado da construção civil, que não possui terreno, mas trabalha em uma pequena área do engenho Balancinho.

Os agricultores familiares encontram várias dificuldades na lida no campo. Para os que plantam em roçados em terreno cedido, a maioria dos entrevistados informou que com relação a colheita são apressados para finalizá-la antes do fim de novembro e devolver o terreno ao dono antes no começo de dezembro, para colocar o gado para pastar na área dos roçados. De acordo com Andrade (2005) essa é uma prática que existe no Nordeste há anos, o proprietário cede a terra, e no fim da colheita coloca o gado para pastar no terreno que está cheio de restos de culturas do roçado e nem uma renda é cobrada, configurando-se como uma troca de favores.

Para quem tem roçados foi relatado pelos agricultores o furto de alimentos, como o inhame e batata-doce que vem ocorrendo desde o ano de 2017 e que veio a se repetir também esse ano. A prática ilícita sempre acontece no período noturno e é facilitada pelo fato das plantações serem distantes das casas. E isso acarreta um notável prejuízo para os produtores.

A falta de água é uma das maiores dificuldades encontradas para quem produz hortas e também esse relato foi dado pelos criadores de gado e de aves. Esse fato é percebido principalmente no período da estiagem. Os moradores mais antigo do local contam que essa era uma região boa de chuva, mas nos últimos anos a realidade mudou, até o riacho Ribeiro, que nunca tinha secado, mas nos últimos anos secou, agravando os problemas surgidos pela falta de água.

O problema hídrico é um dos mais prejudiciais para quem cultiva hortas. As pequenas hortas, em sua maioria se estendem no fundo dos quintais, são cultivados geralmente alface (*Lactuca sativa*), coentro (*Coriandrum sativum L.*) couve (*Brassica oleracea L.*) e pimentão (*Capsicum annuum L.*), também é encontrado nos fundos dos quintais plantações de acerola (*Malpighia emarginata*), de mangueiras (*Mangifera indica*), de coqueiros (*Cocos nucifera*), maracujá (*Passiflora edulis*) de bananas e entre outras variedades de alimentos.

Os agricultores contam que a produção das hortas é destinada para consumo interno. Exceto no caso do agricultor e desempregado da construção civil Severino do Ramo da Silva Araújo (Severo) de 28 anos, essa ocupação é destinada principalmente

para fins econômicos. O mesmo conta que até tentou participar de um projeto do Banco do Nordeste para um empréstimo, para auxiliar no problema hídrico, mas infelizmente não foi liberado. A partir daí e por conta própria, passou a produzir verduras e hortaliças nas imediações da casa e no lote dos seus pais. Esse pequeno manejo é diretamente para o comércio semanal dentro da própria comunidade e para comunidade vizinhas, ele conta com ajuda da sua noiva para auxiliar nas atividades da horta (Figura 23 e 24):

Figura 23 – Na imagem destaca-se uma pequena horta destinada para fins econômicos, na comunidade Agrovila Ribeiro Novo



Fonte: Arquivo da autora, setembro de 2018.

Figura 24 – Criação de aves na Agrovila Ribeiro Novo



Fonte: Arquivo da autora, novembro de 2018.

Na vila como é carinhosamente chamada pelos moradores, também se destacam a criação de bovinos, suínos e aves, sendo o primeiro exclusivamente para o comércio e os dois últimos destinados principalmente para o consumo interno e vendas dentro da própria localidade e comunidades vizinhas, essa prática é realizada principalmente no fundo dos quintais, conciliando com o cultivo de pequenas hortas. Na figura 24, destaca-se a criação de aves da agricultora familiar e dona de casa, Adriana de Araújo Silva (Didiu) de 26 anos. Para ela a criação aves é um excelente complemento na alimentação da família e também a criação é destinada para pequenas vendas dentro da própria agrovila e sítios vizinhos.

O apoio que os agricultores familiares têm por parte dos órgãos públicos são por exemplo, a distribuição de sementes pela EMATER do município de Alagoinha. Foi alegado pelos produtores que essas sementes são entregues depois do período do plantio. Eles fazem uso das suas próprias sementes, que são guardadas de safra

anterior. A Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo, oferecem um importante aos agricultores. A associação os auxilia na organização e orientação dos terrenos e da agricultura familiar, respectivamente na comunidade.

A agrovila recentemente está contando com a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE de Guarabira/PB), onde foram realizadas reuniões a fim de instigar os agricultores aderirem a novas práticas agrícolas e programas, como a criação de aves, participação em projetos, como o PAA, mas até o presente momento essas ideias estão sendo analisadas.

Nas observações feitas nos roçados verificamos muitos restos de embalagens de descartáveis plásticos. Ou seja, ainda não existe uma consciência ambiental por parte de alguns produtores, que deixam esses restos de resíduos sólidos em meio as pequenas propriedades, poluindo-as (Figura 25):

Figura 25 - Restos de descartáveis de plástico em um roçado, localizado no terreno do Engenho Balancinho



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2018.

A produção não é livre de agrotóxicos, segundo os agricultores as pragas sempre se fazem presentes nas plantações, sendo indispensável o seu uso, pois a produção dos alimentos será reduzida. Essa é uma preocupação constante dos agricultores a produtividade elevada de alimentos. Eles trabalham em cima do

excedente, se a produção é diminuída, eles serão prejudicados. Eles investem na sua produção visando o lucro.

De acordo com Mariano Neto (2006), a agroecologia consiste nas relações em que a ecologia e a sociedade, visa cuidados especiais ao meio ambiente, a partir de práticas de sustentabilidade ecológica dos seus meios de cultivo agrícola. Uma das alternativas da agricultura agroecológica é a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos, que são substituídos por alternativas que combatam as pragas. Mais pelo o que pode ser visto, essa não é uma preocupação da maioria dos agricultores.

Nas plantações dos agricultores familiares, principalmente nos roçados e algumas hortas, eles fazem o uso de venenos, os contaminando-os. Os agricultores não fazem noção do perigo que é colocar alimentos contaminados na mesa da sua família e de outras famílias. O lucro do excedente, a falta de informação e conscientização, não os deixa enxergar isso (Figura 26):

Figura 26 – Produção de alimentos, como tomate, maracujá, alface, morango e manga sem o uso de agrotóxicos na Agrovila Ribeiro Novo



Fonte: Arquivo da autora, novembro de 2018.

A importância da agricultura familiar na comunidade foi um ponto que nos chamou bastante atenção desde a sua criação, foi o que a impulsionou como comunidade rural. Quando foram questionados sobre a importância que ela tem suas

vidas, podemos enxergar nas palavras sábias de quem planta e alimenta outras famílias, além da sua:

*- É porque a agricultura agente trabalha com ela, é bom que agente colhe, tem os legumes pra a casa, tem o quiabo, maxixe, melancia e tudo ajuda na feira. Os povos que vive no mundo, e os que vive na terra tem os agricultores familiares como responsáveis para plantar os alimentos para a nação comer. Aqueles que trabalham muito, tem propriedade, como você vê lá pra o Centro-oeste, no Sul, você vê né tem gente que planta de 2 a 3 mil ha de milho, soja, trigo, café. Se não fosse a gente ia faltar comer na mesa do doutor. Esse negócio de agricultura tem que ser valorizado mais (Entrevista com o agricultor familiar, Expedito José de Araújo de 66 anos, no dia 7 de outubro de 2018).*

Para os mais experiente a agricultura família está presente em suas vidas desde cedo, são agricultores que sua maioria nem sequer tinha pensado em estudar, em vês do caderno e do lápis, quem lhe ensinaram os ofícios da vida mesmo foi com a enxada, a maioria dos agricultores entrevistados são aposentados e analfabetos, que sempre serviram e viveram da ocupação de base familiar.

Entretanto foi visto que na população mais jovem, um pouco tempo atrás essa ocupação de agricultor era tida como temporária. No que pode ser visto, os que tentaram uma oportunidade de trabalho diferente estão voltando para o campo e encontram na agricultura familiar uma possibilidade de não ficar dependente da alienação dos meios trabalhistas. Essa afirmação vai de encontro com depoimento do agricultor e desempregado Severino do Ramo da Silva Araújo de 28 anos “o bom da agricultura é de que ela ajuda muito na renda e na alimentação. E ela compensa porque você está trabalhando pra você mesmo, em vez de trabalhar para os outros”.

Para os jovens da comunidade que ainda não estão envolvidos com produção, se percebe que em algum momento migraram para João Pessoa e Rio de Janeiro, mais retornaram à comunidade e estão estudando e ajudando os pais. Muitos desses jovens conseguiram concluir o ensino médio e até se formaram, mas existem alguns universitários que estão desempregados e sentem a pressão da pouca terra dos pais e a necessidade de buscar novos meios de emprego e renda.

Alguns jovens que se formaram pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba UFPB (Areia) e em cursos técnicos, estão buscando entidades como o SEBRAE para articularem novos empreendimentos. Já existe um debate entre os jovens para a implantação de um pequeno projeto de avicultura para a produção de ovos. Falta basicamente os recursos.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo é uma experiência atípica, quando se avalia os diferentes projetos de Assentamentos rurais, provenientes das experiências conflitantes, em que se envolveram os camponeses e os movimentos sociais organizados, os proprietários de terra e o Estado. Nessa comunidade se instalou uma Reforma Agrária com aquisição da terra, através do PROCANOR, que foi fomentado localmente a partir do técnico Paulo Luiz dos Santos e que surtiu o efeito de instalar os agricultores familiares na terra, gerando moradia, trabalho e título da terra.

A agricultura familiar está entrelaçada na própria criação da Agrovila Ribeiro Novo, está imbricada na sua gênese. Ela foi a grande propulsora que ajudou a efetivar a consolidação da formação da comunidade pelo programa PROCANOR. Em busca de novos horizontes com a finalidade de melhores oportunidades de desenvolvimento familiar, os agricultores familiares locais enxergaram nessa oportunidade a chance de colocarem em prática suas técnicas agrícolas com a finalidade de garantia de renda extra para o sustento e segurança alimentar da família em suas próprias terras.

Os pequenos agricultores familiares já estão na terra há 34 anos, gerando a reprodução de práticas camponesas e reprodução das famílias, mas existem sinais de novas dinâmicas produtivas, como a volta da produção canavieira em alguns lotes, bem como a busca de novas terras para a produção, devido ao desgaste prolongado dos solos.

O uso de terras vizinhas, pelos agricultores, aponta um perigo, em que as famílias não consigam mais se reproduzir em seus lotes, pois a terra "cansada", já não consegue garantir a estabilidade dos agricultores. Sem contar que, em todos os casos, as famílias cresceram, com novos filhos, com novos casamentos. Isso força aos jovens, terem que buscar nossos espaços de vida e de trabalho, longe das suas famílias, gerando a tensão migratória e até mesmo o retorno para a comunidade, por falta de adaptação aos locais de migração forçada.

Verificamos que a agricultura familiar ainda se equivale das técnicas rudimentares, mas mesmo assim o rudimentar não se configura ao arcaico que muito se fala a respeito. Há uma perspectiva de engajamento social local com que foi notado

por parte dos agricultores familiares com novas e futuras ideias de produção agrícola. É nesse pensamento que os agricultores familiares têm a ocasião de não ficar submisso as oportunidades de trabalho, de não dependerem exclusivamente de empregos assalariados e temporários.

O interessante é a perspectiva que vai ao contrário de muito que se limitam a pensamentos de inferioridade em relação a agricultura familiar. Não querendo provar nada a ninguém é apenas uma constatação que sim é possível viver e sobreviver da agricultura familiar. O indivíduo que é agricultor familiar não mostra isso pra ninguém, não é preciso provar nada, ele por si só é uma afirmação no cenário socioeconômico.

Com a prática da agricultura familiar na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, foi possível perceber um processo de desenvolvimento socioeconômico local. Houve um melhor desenvolvimento das condições de vida através da renda que é adquirida com as sobras do excedente da produção. Que na verdade não são produzidas com a finalidade de excedente de produção, alimentos como o milho, a fava e o inhame são cultivados com a intenção de gerar lucro, e é através desse lucro é perceptível diagnosticar que agricultura familiar lhes proporcionam uma melhor condição de vida. Isso se realiza através de aquisição de novos produtos na composição alimentar da família que não são oferecidos pela agricultura e de bens por parte dos agricultores familiares da comunidade rural.

É uma cultura onde o agricultor familiar produz a sua renda em um pequeno espaço, não precisa de uma imensidão de terra para plantar. Do pouco que é plantado de tudo um pouco é colhido, e isso se faz necessário para sobreviver. É gratificante poder escutar de um agricultor familiar, ele falar da sua produção. É possível sentir e ver o afeto que os agricultores passam quando falam da sua ligação com a terra, isso é próprio deles é uma relação de reciprocidade com a mesma, o que é plantado na terra de uma semente se transforma em várias na colheita.

Podemos concluir que a comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, cumpre as condições mínimas de moradia para as famílias, mas quando se trata de reprodução da força de trabalho, não mais, e os agricultores vivem uma certa tensão, entre o que fazer com uma terra que já não é tão produtiva e ter que se aventurar em novos territórios de trabalho para si e para os seus familiares. Os dilemas são muitos, mas existe um consenso na comunidade de que o lugar é tranquilo e bom para viver e trabalhar, mesmo que em meio as dificuldades do cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiano. **Imagem sobre Colheita do Algodão no Assentamento Cajá, município de Alagoinha**. Alagoinha/PB: Blog do Cristiano Alves, setembro de 2018. Disponível em: <<http://www.emalagoinhaemfoco.blogspot.com/2018/09/algodao-agricultor-volta-cultivar.html>>. Acesso: em 02 out. 2018.

ANDRADE FILHO, Egnaldes de. **Alagoinha: Evolução Política-Administrativa**. João Pessoa: Ideia, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROS, Edvaldo Araújo. **Relações de trabalho, condições de vida e percepções de lugar dos cortadores de cana-de-açúcar em Aroeiras-PB**. 2015. 54 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em: 25 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre a agricultura familiar: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar**. Brasília: Edições Câmara, 2016. Disponível em: <<http://www.livraria.camara.leg.br>>. Acesso em: 22 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988) BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Brasília: Gráfica Ideal, 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020: fortalecer o campo para desenvolver o Brasil**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1684/3Baixa\\_Cartilha\\_Plano\\_Safra\\_2017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. vol. 5.

BUAINAIM, Antônio Márcio (coord.). Reforma agrária por conflitos. In: \_\_\_\_\_. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 17-126.

BURSZTYM, Marcel; BURSZTYM, Maria Augusta. Evolução histórica da questão ambiental – 1: dos primórdios até o Relatório de Brundtland. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 65-99.

CONDOR FILHO, Julio Polo Baldeon. **Comércio internacional da cana de açúcar na Paraíba: uma análise da situação competitiva**. 2014. 35 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CPRM – Serviço geológico do Brasil. **Projeto de cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Alagoinha, estado da Paraíba**. 2005. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Bueno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Júnior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11p + anexos.

CUNHA, Alessandra Santos da. **Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, out. de 2004. p. 213-225.

FAUTH, Elvim Maria. Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, jan. de 2008. p. 51-60.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, 2004, p. 139-152.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

GOOGLE, Hearth. **Localização da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo no município de Alagoinha/PB**. Disponível em: <<https://earth.app.google.com/>> Acesso em: 02 out. 2018.

GRISA, Catia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

GURJÃO, Maria Lúcia Holanda. **Planejamento participativo: Um exercício da cidadania? O projeto São José na comunidade Coqueiro/Caucaia**. 2006. 125 fls. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Política Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <<https://www.censos.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006, Agricultura familiar – Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades**. Disponível em: <[www.https://cidades.ibge.gov.br/](https://cidades.ibge.gov.br/)> Acesso em 03 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Rio de Janeiro, v. 40, 2013. 1-102 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Puxado pela agricultura, PIB cresce 1,0% em 2017 e chega a R\$ 6,6 trilhões**. Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

LOPES, Maurício Antônio; SARTI, Fernando; OTERO, Manuel. Apresentação. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander, (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 11-13.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Desenvolvimento comunitário e combate à pobreza no Nordeste.** 2010. Disponível em: <<<http://www.siteresources.worldbank.org>> Acesso em: 28 ago. 2018.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano:** desenhos, arranjos e relações. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

MARTINS, Teresa Cristina Santos. A Política de irrigação e questão ambiental: o caso do Jacaré-Curituba. **A XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Atas Brasil.** Teresina, set. de 2012 p. 1-19.

MEIRELES, Patrícia Soares de. **As ruas do Sol e Chã do Cajá enquanto periferia do espaço urbano de Alagoinha/PB:** uma análise da infraestrutura. 2013. 59 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2013.

MELO, Diogo Neves. **Regularização Fundiária em zonas rurais:** estudo de caso no território meio oeste Contestado em Santa Catarina. 2015. 2014 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra, e atuação da pastoral da terra no estado da Paraíba. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão.** João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 1997. vol. 1 e 2.

MOREIRA, Emília; MOREIRA, Ivan Targino. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa. Editora Universitária, 1997.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 695-724.

NOGUEIRA, Leandro Rivelli Teixeira. **Ações voltadas à agricultura familiar que contribuem com o desenvolvimento de municípios do Sul de Minas Gerais.** 2014. 138 f. Tese (Doutorado em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A experiência religiosa-política do padre Luigi Percarmona (1960-2010): entre o *habitus* partição e o assistencial**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

PIRAUX, Marc; MIRANDA, Roberto de Sousa. A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste paraibano. **Raízes**, [Campina Grande], v. 30, n. 2, jul/dez de 2005. p. 52-67.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural. **Imagem da delimitação atual da área da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, no município de Alagoinha/PB**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SILVA, Fernanda Faria. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Jeyse Pereira da. **Educação ambiental nas escolas públicas: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque – Alagoinha/Paraíba**. 2014. 40 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

SILVA JÚNIOR, Severino Assis da. **Os principais impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos: um estudo de caso na comunidade Agrovila Ribeiro Novo/PB**. 2017. 42 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

SILVA, Pedro Josaphat Rodrigues de Sousa. **Agroindústria e princípios ambientais para sustentabilidade: estudo de caso com os produtores de cana-de-açúcar que produzem cachaça de modo formal e informal, nos engenhos no município de Alagoa Nova-PB**. 2011. 92 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SOUZA, Ramom Santos (2014). Imagem sobre a Localização Geográfica da Cidade de Alagoinha/PB. In: SILVA, Jeyse Pereira da. **Educação ambiental nas escolas públicas**: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque – Alagoinha/Paraíba. 2014. 40 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Uma experiência de planejamento regional: o nordeste brasileiro**. 1989. 413 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, set. de 2005. 21-42 p.

TORRES, Alessandra Valéria da Silva; SILVA, Luis Antonio Guerra Conceição Agricultura familiar em destaque. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre a agricultura familiar**. Brasília, 2016, p. 11-33. Disponível em: <<http://www.livraria.camara.leg.br>>. Acesso em: 22 set. 2017.

VÊNANCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. As políticas de desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil: a (re)organização do território rural no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, v. 10, n. 1, jan/dez. de 2008. 150-171 p.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



## REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

ARAÚJO, Expedito José de. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

ARAÚJO, Francisco José de. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

ARAÚJO, Luciano de. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

ARAÚJO, Severina Maria de. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

ARAÚJO, Severino do Ramo da Silva. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

DINIZ, Cicero Moreira. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

SANTOS, Paulo Luiz dos. **Entrevista sobre a criação da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo.** Alagoinha/PB, out. 2018.

SILVA, Adriana de Araújo. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, set. 2018.

SILVA JÚNIOR, Severino Assis da. **Entrevista sobre a Associação dos Moradores Rurais de Ribeiro Novo.** Alagoinha/PB, out. 2018.

SILVA, Manoel Assis da. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, set. 2018.

SILVA, Maria das Dores Moreira das Neves. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, mar. 2018.

SILVA, Severino Assis da. **Entrevista sobre as práticas agrícolas na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha/PB.** Alagoinha/PB, out. 2018.

## Anexos

**Anexo A** – Capa do primeiro documento da Escritura Pública de Compra e Venda da comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo, registrado em cartório em 1983 e o documento atual da Escritura Pública de Compra e Venda da comunidade reeditado em cartório em 2012. A antiga escritura estava com as letras um pouco ilegível.

REGISTRO N.º

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAIBA DO NORTE  
**COMARCA DE ALAGOINHA**  
CARTÓRIO E ARQUIVO  
Praça João Pessoa, n.º 16

1.º TABELIÃO:  
*José da Silva Segundo*  
Escrevente Autorizada:  
*Maria Elita Lins da Silva*

---

Escritura Pública de Contrato de Escritura Pública de Compra e venda .

Data: 13 de Maio de 1983.

OUTORGANTE(S) José Cavalcante dos Santos e sua mulher Teresa Cristina Cavalcante.

OUTOGADO(S) Associação dos moradores do Engenho Ribeiro Novo.

Valor do Contrato: R\$ 9.450.000,00 (Nove milhões quatrocentos e cinquenta cruzeiros)

REGISTRO Nº: \_\_\_\_\_



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ALAGOINHA

CARTÓRIO "ROGÉRIO LINS"  
TEL.: (83) 3278-1223

Rua Deputado Francisco Antônio, s/n

**CARTÓRIO ROGÉRIO LINS**  
José da Silva Segundo  
Tabelião Público  
Gerlândia Lins e Silva Carneiro  
Tab. Substituta  
Fone (83) 32781223  
**ALAGOINHA PARAÍBA**

1º TABELIÃO

José da Silva Segundo

SUBSTITUTA

Gerlândia Lins e Silva Carneiro



"Modernizando para melhor servir"

Escritura Pública de Compra e Venda 3º Traslado

Data: 13 de Maio de 1983

OUTORGANTE(S): JOSE CAVALCANTE DOS SANTOS E S/A ESPOSA

OUTORGADO: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ENGENHO RIBEIRO NOVO

Valor do Contrato: CR\$ 9.450.000,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Livro 09 de Notas.  
Fls. 10 a 15.  
3º. Traslado



CONTRATO DE ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE: COMO PRIMEIROS CONTRATANES VENDEDORES SR. JOSE CAVALCANTE DOS SANTOS E MULHER E COMO SEGUNDO CONTRATANTE COMPRADOR A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO E O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, NESTE INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO FUNDIARIO DENOMINADO BANCO OU CREDITADOR.

**S A I B A M** quantos esta virem que aos quatro dias (04) dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e três (1983), nesta cidade de Alagoinha, do Estado da Paraíba, República Federativa do Brasil, em meu Cartório, perante mim Tabelião, e por mim haver esta distribuída, compareceram partes entre si justas e contratadas de um lado como, primeiro contratantes, neste instrumento denominados outorgantes vendedores. o Sr. **JOSE CAVALCANTE DOS SANTOS**, agropecuarista, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 59.189-SSP/PB e do CPF nº. 037.676.124-53, residente na cidade de Guarabira-PB., e sua mulher Dona. **TEREZA CRISTINA CAVALCANTE**, professora primaria, brasileira, portadora da do CPF nº. 037.676.124-53, residente na cidade de Guarabira/PB., do outro lado, como segundo contratante, também chamado de OUTORGADO COMPRADOR, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO, atividade Sócio Econômica ( Comunitária), portadora do C.G.C 09.370.701/0001-97, representada pelo seu Presidente Sr. **RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS**, agricultor, brasileiro, casado, portador da do CPF. 276.767.304-49 e de seu Tesoureiro Sr. **JOÃO CICERO DE OLIVEIRA**, agricultor, brasileiro casado portador do CPF 228.149.744-04 e BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., sociedade anônima com sede na cidade de Fortaleza - CE., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº. 07237373 neste instrumento denominado BANCO ou CREDITADOR, representado pelo Gerente e pelo Chefe de Setor Operacional de sua Agencia na cidade de Alagoa Grande/PB., Srs. **VICENTE FRANCISCO DE FIQUEIREDO**, portadores dos CPFs. 006.522.534-15 e **ALBERY VIANA DE OLIVEIRA** CPF. 056.961.422-34, ambos brasileiros, casados, bancários, residente e domiciliados na cidade de Alagoa Grande/PB., as presentes pessoas conhecidas como as próprias por mim Tabelião e pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, por eles foi uniforme e sucessivamente dito que estavam contratados e acordados nos termos das clausulas seguintes: Continuação do Contrato de Escritura Publica de Compra e Venda, celebrado entre o Sr. **JORGE CAVALCANTE DOS SANTOS**, em primeiro e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO, em segundo e respectivas, mulheres e o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., no valor de CR\$ 9.450,000,00( Nove milhões quatrocentos e cinquenta cruzeiros) "Moeda antiga", com vencimento pactuado para: 11 de Janeiro de 2003.

**Título de Domínio:** Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 05/05/80, sob o registro de "A-13 Livro 2-B fls, 204 V no Cartório Imobiliário de Alagoinha, Estado da Paraíba.

#### PRIMEIRA

Que os OUTORGANTES VENDEDORES são senhores e legítimos, possuidores do imóvel ENGENHO RIBEIRO NOVO, com área de 88,7 há., registrado no INCRA sob n°. 20402100350063-5, situado no Município de Alagoinha/PB., como abaixo se descreve, com os respectivos valores apurados em avaliação regular: CONFRONTAÇÕES: ao NORTE com a estrada de acesso à cidade de Alagoinha /PB., ao SUL, com a EMBRAPA ao LESTE com Luiz Lucena Beltrão e ao OESTE com o Engenho Balancinho.

Benfeitorias: 01 (uma) casa de alvenaria, aliás quatro (04) casas de alvenaria, estimado no valor de CR\$ 100.000,00 cada; 03 (três) casas de taipa, no valor de unitário de CR\$ 50.000,00 e 01 (um) barreiro avaliado em 100.000,00. Importando num total de benfeitorias em CR\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil cruzeiros).

#### SEGUNDA

Que os OUTORGANTES VENDEDORES, possuindo dito imóvel, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais, extrajudiciais e fiscais, a justaram vendê-lo na totalidade de sua área, inclusive todas as benfeitorias e demais acessórios ao OUTORGANDO COMPRADOR, pelo prazo de CR\$ 9.450.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), que será pago da seguinte maneira: CR\$ 9.450.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), através de cheque nominativo a ser emitido pelo outorgado comprador a favor de outorgantes vendedores a débito da conta de financiamento rurais que lhe será aberta pelo Banco em virtude deste contrato, após a transcrição da presente escritura no Registro Imobiliário competente.

#### TERCEIRA

Que, achando-se dessa forma os OUTORGANTES VENDEDORES / justos e acordados cedem e transferem ao OUTORGADO COMPRADOR, por esta e melhor forma de direito, a posse, direito e ação que possuem sobre dito imóvel e benfeitorias, as quais passam, assim, a plena propriedade do OUTORGADO COMPRADOR; obrigando-se aqueles pela evicção de direito, bem como fazer a presente venda, em qual quer tempo sempre boa, firme e valiosas.

#### QUARTA

Que o OUTORGADO COMPRADOR aceita a presente escritura de compra e venda em todos os seus termos, por assim haver acordado com os OUTORGANTES VENDEDORES.

#### QUINTA

Que, para efetivação da compra acima o Banco abre, por intermédio do seu Setor Operacional, ao OUTORGADO COMPRADOR, que ora se denomina CREDITADO, um crédito fixo, na importância de CR\$ 9.450.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), cuja utilização será feita por meio de cheque, de acordo com o estipulado na cláusula



segunda deste contrato e do projeto elaborado pela EMATER-PB, Alagoa Grande /PB, assinado pelo seu representante e pelo CREDITADO, em três, todas rubricadas pelo BANCO e por mim Tabelião, uma das quais fica em Cartório arquivada como parte integrante da presente escritura, outra com BANCO e outra com o segundo CONTRATANTE.

#### SEXTA

Que as importâncias fornecidas pelo BANCO vencerão juros mesmo durante o prazo de carência, exigíveis em 30 de Junho, 31 de dezembro e no vencimento e liquidação do contrato, os quais contados também sobre as despesas do BANCO fizer até o respectivo reembolso, serão devidos à taxa anual de 12% (doze por cento), taxa essa elevável de mais de 1% (um por cento) ao ano à falta de pagamento de qualquer prestação de principal ou acessórios, independentemente de aviso ou interpelação e sem prejuízo da exigibilidade da dívida, nos termos da cláusula sétima.

#### SETIMA

Que se o BANCO tiver de recorrer aos meios judiciais para recebimento de seu crédito, terá direito à multa legal e irredutível de 10% (dez por cento) sobre o principal e acessórios devidos, desde o despacho da petição inicial.

#### OITAVA

Que o principal da dívida que resultar deste contrato será pago dentro de 20 anos desta data, com prazo de carência de 06 anos, em prestações de 675.000,00 (Seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros), cada uma, vencíveis – a primeira em 11 de Janeiro de 1990 e as demais em igual dia dos anos subsequentes, obrigando-se o CREDITADO a liquidar com a última em 11 de Janeiro de 2003 todas as responsabilidades pecuniárias oriundas do financiamento.

#### NONA

Que, para segurança do principal da dívida, e demais obrigações decorrentes deste contrato, o CREDITADO dá em primeira e especial hipoteca, neste ato constituída, o imóvel descrito na cláusula primeira desta escritura, já caracterizado e avaliado, compreendendo construções, respectivos terrenos, benfeitorias e demais acessórios, bem como os que foram adquiridos ou executados na vigência deste contrato os quais não poderão ser retirados, alterados ou destruídos sem consentimento escrito do BANCO, que poderá exigir do CREDITADO a averbação cabível à margem da Escritura principal. Ditos bens, como o CREDITADO ora declara, estão livres de ônus ou responsabilidades de quaisquer espécie, inclusive fiscais e se acham em sua posse mansa e pacífica. Para todos os fins de direito a propriedade hipotecada, com todas as benfeitorias, fica avaliada pela importância de CR\$ 18.650.000,00 (Dezoito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cruzeiros).

#### DÉCIMA

Que à falta de cumprimento de qualquer das obrigações do CREDITADO, assumidas não só por este instrumento como por outros que tenham firmado ou venha a firma com o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, isoladamente ou em conjunto, ou com a participação



de terceiros, ou pela ocorrência de quaisquer dos casos de antecipação legal do vencimento, poderá o BANCO considerar concomitantemente vencidos os contratos existentes e exigir o saldo devedor deles resultantes que será sempre líquido e certo, independentemente de aviso extrajudicial, interpelação judicial ou prévia verificação da conta.

#### DÉCIMA PRIMEIRA

Que o creditado se obriga especialmente:

- I ) a bem administrar e conservar os bens gravados, a explorar, direta e pessoalmente, com sua família, o imóvel acima descrito, objeto do financiamento.
- II ) manter o imóvel financiado sob exploração adequada conforme recomendações técnicas da EMATER/PB., de Alagoa Grande-PB e/ou do BANCO.
- III ) a não gravar, alienar, ceder ou transferir a terceiros, nem remover, sem prévia anuência escrita do BANCO, os bens constitutivos da garantia, sob pena de exigibilidade imediata da dívida, esclarecido que o BANCO dará essa anuência somente se a alienação foi feita a rurícola que se enquadre nas exigências do crédito fundiário, na forma regulamentada pela EMATER-PB., pagando o CREDITADO, quando a revenda do imóvel ocorrer durante o período de carência, o valor correspondente à taxa de juros de 12%(doze por cento) ao ano, incidente desde a primeira utilização do crédito e correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNS), aplicados sobre os saldos devedores apresentados na conta vinculada ao financiamento também a partir da primeira utilização do crédito, ficando o creditado inabilitado para obtenção do novo financiamento da espécie.

#### DECIMA SEGUNDA

Que se o CREDITADO vier a falecer ou ficar insolvente por inaptidão física permanente, o BANCO considerará liquidado o saldo do débito hipotecário existente e que seja vincendo na data em que ocorrer o evento, dando plena quitação ao interessado, desde que a operação do financiamento fundiário pactuada neste instrumento tenha sido ou venha ser refinanciado pelo Banco Central do Brasil, o valor daquele saldo do Contrato de Escritura Pública de Compra e Venda, celebrado entre o Sr. JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS, como primeiro contratante vendedor e a Associação dos Moradores de Ribeiro Novo, como segundo Contratante Comprador e o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., no valor de CR\$: 9.450.000,00 (Nove milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), com vencimento pactuado para: 11 de Janeiro de 2003.

#### DECIMA TERCEIRA

Que o financiamento representado por este instrumento é concedido dentro das condições do PROGRAMA ESPECIAL DE CREDITO AS POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS DO NORDESTE (PROCANOR), ao qual o Creditado aderiu e declara conhecer suas condições, em vista do que: a) a EMATER a qual se vincula o CREDITADO, por seu gerente, assina este instrumento na qualidade de interveniente, assumindo perante o BANCO e o CREDITADO as responsabilidades que lhe serão atribuídas na regulamentação do Programa; b)





o CREDITADO se obriga para com o BANCO e para com o interveniente a cumprir todas as exigências e prescrições tecnológicas que lhe forem recomendadas e a executar todas as obras, benfeitorias e explorações objeto do projeto elaborado pela EMATER, com as modificações posteriores que se fizerem necessárias, passando a ser, doravante, sua empresa assistida, única e exclusivamente, através do Programa, com exclusão da assistência de qualquer outro, salvo mediante prévia e expressa anuência da EMATER e do BANCO.

#### DECIMA QUARTA

Que, se, no curso do empreendimento houver desejo de alienação do imóvel, objeto deste financiamento, este será vedado. Convencionando-se, de já, que se ficar evidenciado que a CREDITADA recorrer à assistência financeira do Programa com propósitos especulativos, visando apenas valorização da terra ou sem animo de produção, ficará sujeita à exclusão do Programa e a consequente devolução do imóvel e outros bens adquiridos para redistribuição a outro beneficiário previamente selecionado, sem prejuízos de outras sanções estipuladas pelo Banco do Brasil para as operações de crédito rural.

#### DECIMA QUINTA

Que o BANCO, no caso de a operação pactuada por este instrumento vier a ser refinanciada pelo Banco do Brasil, cede e transfere os direitos creditórios dele resultante aquele Órgão, permanecendo com o presente contrato em seu poder na qualidade de mandatário para cobrança, nos termos do Contrato de refinanciamento CR-69/07, celebrado entre duas instituições em 10 de Setembro de 1969.

#### DECIMA SEXTA

O lugar de pagamento é a Agencia do Banco na praça de Alagoa Grande /PB., o Foro da cidade de Fortaleza/CE., reservado ao Banco, toda via o direito de optar pelo desta Comarca, pelo domicílio do CREDITADO ou da situação dos bens. Foram apresentados os seguintes documentos a seguir transcritos e ficam arquivados: Estado da Paraíba. Secretaria das Finanças. Departamento da Receita. Certidão Negativa N°. 089/83. Nome: Jose Cavalcante dos Santos. Fim a que se destina a Certidão. Art° 1.137 do código Civil Brasileiro. Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do mesmo acima identificado e tendo presente a petição por ele subscrita. CERTIFICO que, revendo os arquivos desta Repartição, nenhum assentamento consta em seus livros competentes, debito em nome do requerente. E para constar eu Watteau Freire Rodrigues. Agente Fiscal da Fazenda Estadual, matricula 27.129-2, na função de Coletor, lavrei a presente Certidão, que vai por mim datada e e assinada. C.E. de Alagoinha, 12 de Maio de 1983. Watteau Freire Rodrigues. Coletor. Estado da Paraíba. Prefeitura Municipal de Alagoinha. Certidão. Certifico conforme despacho do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Alagoinha, exarado na petição, 44/83 que o Sr. Jose Carvalho dos Santos, e possuidor de uma propriedade rural denominada Engenho Ribeiro Novo, neste municipio, medindo 88,7 há, contendo (três) 03 casas de tijolos e telhas e um barreiro. Acha-se quites com a Fazenda Municipal até a presente data. Do que para constar eu Maria Jose Ribeiro de Lima, escrituraria desta Repartição, datilografei a presente certidão que vai assinada por mim e visada pelo prefeito, Alagoinha 12 de Maio de 1983. Maria José Ribeiro de Lima. Visto 12/05/83. Prefeito: Vicente de Lucena Beltrão. Esta isento do C.Q. do IAPAS de conformidade com o decreto Lei 1.958 de 09 de Setembro de 1982 M.A Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Delegacia da Paraíba. Certidão. Em

**CARTÓRIO ROGÉRIO LINS**  
José da Silva Segundo  
Tabelião Público  
Rogério Lins e Silva Carneiro

cumprimento ao despacho exarado do requerimento protocolado nesta Delegacia Estadual sob n.º em que Jose Cavalcante dos Santos, brasileiro, Proprietário do imóvel denominado Sítio Ribeiro Novo, localizado no município de Alagoinha/PB, neste Estado com área de 88,7 há. Cadastrada no INCRA sob n.º 204.021.003.565, requer, para fins de tramitação em Cartório seja certificado se existe sobre o imóvel em causa alguma dívida por desrespeito ao Art. 37 da Lei 4.771 de 125/09/1965. Código Florestal. Certifico que nada existe nesta Delegacia Estadual sobre o que fica, digo requer o interessado. E, para constar, lavrei presente Certidão que vai por mim assinada, com visto do Sr Delegado Estadual ou seu substituto eventual, aos 10 (dez) dias do mês de Maio do ano de 1983. Ana Maria Pereira Andrade. Agente de Defesa Florestal. Abel Jose da Fonseca. Engenheiro Agrônomo – NC 912. Bilhete de Distribuição 831 assinado pela Distribuidora Jucy Monteiro Felismino. Distribuidora Judicial. E de como assim o disseram que por estarem justas e contratadas, nos termos das clausulas acima, firmam o presente contrato em quatro vias de igual teor, para o mesmo efeito, lavrei a presente escritura a qual feita e lida acharam-na conforme outorgaram, aceitaram e assinam, juntamente com as testemunhas presentes a leitura desta de que são: Jose Barbosa de Farias e Maria Jose Miguel de Oliveira, brasileiros, maiores, capazes, meus conhecidos, residente nesta cidade dou fé. Custas de acordo com o novo regimento em vigor de CR\$: 73.755,00 (Setenta e três mil setecentos e cinquenta cruzeiros. Eu, Maria Elita Lins da Silva Escrevente compromissada o escrevi. Eu, Jose da Silva Segundo, Tabelião Público, a subscrevo e assino em Público e raso. Em Testº. J.S.S. da verdade. O Tabelião Público, José da Silva Segundo. Alagoinha, 13 de Maio de 1983. (As): Jose Cavalcante dos Santos – CPF n.º. 037.676.124-53., Tereza Cristina Cavalcante, o CPF do seu marido; pela EMATER, Roberto Luiz de Oliveira – CPF n.º. 076.949.034-49. Pela Associação dos Moradores do Ribeiro Novo: Presidente: Rafael Antônio dos Santos – CPF n.º. 226.149.744-04; Pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A. Gerente – Vicente Francisco de Figueiredo CPF n.º. 006.522.534-15; Chefe do Setor Operacional: Albery Viana de Oliveira – CPF n.º. 056.961.443-34; Jose Barbosa de Farias – CPF n.º. 090.721.794-04; Maria Jose Miguel de Oliveira.

Está conforme o original; dou fé.

Alagoinha, 14 de Maio de 2012.

*Jose da Silva Segundo*  
**TABELIÃO**

**SERVIÇO NOTORIAL E REGISTRAL  
ALAGOINHA PARAIBA**

Protocolado no livro LA fls 28V sob o 1983  
Matriculado no livro 2-C fls 156 sob o 793  
Registrado no livro 2-C fls 156 sob o 1-1-793 *CR-2-793*  
Em data de 20 de Maio de 1983  
Alagoinha 20 de Maio de 1983

*Jose da Silva Segundo*  
**OFICIAL DE REGISTRO IMOVEIS**



**Anexo B: Inventário do imóvel rural denominado de Engenho Ribeiro Novo.**

JOSÉ DA SILVA SEGUNDO, Serventuário do Ofício de 1ª Tabelião de Notas e seus respectivos anexos desta Comarca de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.....

C E R T I F I C O a requerimento verbal de pessoa interessada, que revende em Cartório o livro 2-B, fls. 204v sob nº de ordem 564 e R-13-564, em data de 29/05/80, nele consta que o Sr. JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS, é senhor e possuidor de uma propriedade Rural, medindo 88,70 hectares, situada no lugar denominado Engenho Ribeiro Novo, deste município, e nela não pesa quaisquer ônus reais legais ou convencionais, tais como hipotecas, cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade, rendas temporárias, uso, usufruto, habitação, servidão, enfiteuse, arrendamento, compromisso de compra e venda ou permuta, divisões de sentença de desquite, fideicomissos penhores, arrestos e outros que possam afetar a posse e domínio praticados por iniciativa do proprietário acima referido.

C E R T I F I C O que o imóvel acima descrito foi adquirido a 1ª (primeira) vez por compra feita ao Sr. João Barbosa de Lucena e sua esposa, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, devidamente registrada no livro acima mencionado, em data de 09/05/60, nas notas do Oficial Flávio Gomes de Araújo, então Tabelião Público desta Comarca.

C E R T I F I C O ainda que o imóvel supra referido foi adquirido a 2ª (segunda) vez por herança dos bens deixados por falecimento de José Barbosa de Lucena, conforme inventário processado neste Cartório, à cargo do Oficial Flávio Gomes de Araújo, então Tabelião Público desta Comarca, Julgado por sentença em 13/07/76 e que transitou em Julgado no dia 29/07/76, pelo Dr. José Maria de Almeida Bastos, então Juiz de Direito desta Comarca, em data de 15/05/78, perfazendo um total de 4 anos (quatro).

C E R T I F I C O finalmente que o imóvel retro descrito foi adquirido a 3ª (terceira) vez por José Barbosa de Lucena, por compra feita ao Sr. Lourenço Albuquerque Melo, a mais de 50 anos ficando o Cartório do Registro de Imóveis do Guarabira, a informar

a data real da compra se for o caso.

O referido é verdade; dou fé.

Alagoinha, 09 de Julho de 1982


*José da Silva Segundo*  
José da Silva Segundo  
Tabelião

*José da Silva Segundo*  
CPF 058762854/20  
Oficial do Registro Geral e Protesto  
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO  
DE EVENTOS

2. Maria Elita Lins da Silva  
Alagoinha - Paraíba

## Apêndices

**Apêndice A:** Modelo das fichas das entrevistas semiestruturadas e aprofundadas, como exemplo destacamos a entrevista realizada com extensionista da EMATER do município de Alagoa Grande, Paulo Luiz dos Santos.

  
**UEPB**  
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
 CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TCC:

**A GEOGRAFIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA  
COMUNIDADE RURAL AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB**

**Professor orientador:** Professor Dr. Belarmino Mariano Neto

**Graduanda em licenciatura plena em Geografia:** Jailma de Araujo Diniz

Ficha do(a) entrevistado(a) com relação as entrevistas semiestruturadas e aprofundadas.

Entrevistador(es): Jailma de Araujo Diniz e Larissa Araujo Silva

Nome completo do entrevistado: Paulo Luiz dos Santos

Data de nascimento do entrevistado(a): 13/03/1954

Data da entrevista: 29 de outubro de 2018.

Local da entrevista: cidade de Alagoa Grande/PB.

Breve biografia: Técnico agrícola, formado em Estudos Sociais, professor de Química por 31 anos, funcionário da Emater, há 43 anos e secretário de Agricultores de Alagoa Grande

Observações: Contatos = (83) 99161 0576 - (83) 99623-3565  
- (A entrevista foi concedida também a outra estudante universitária, já citada acima).

**Apêndice B:** Modelo do roteiro das entrevistas semiestruturadas com os moradores sobre a agricultura familiar na comunidade rural Agrovila Ribeiro Novo no município de Alagoinha/PB.

Nome completo do entrevistado (a) responsável pela família:

Meio ocupacional:

01- O (a) senhor (a) pratica algum tipo de atividade agrícola? Se sim, quais?

02- A família dispõe de terreno próprio para as atividades agrícolas?

03- A situação econômica é favorável para o sustento da família?